

A ENGENHARIA E A DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL



26 A 29 DE AGOSTO DE 2026

BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

Realização:

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE
SINDICATOS DE ENGENHEIROS

e sindicatos filiados

Apoio:



DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Patrocínio:



Diretoria Fisenge

A FISENGE é constituída por doze Sindicatos de Engenheiros de onze estados brasileiros, com sede na cidade do Rio de Janeiro e diretoria com mandatos de três anos, eleitos nos Congressos Nacionais de Sindicatos de Engenheiros – CONSENGE. Tem um Conselho Deliberativo integrado pela Diretoria Executiva e por um representante de cada Sindicato filiado.

Diretoria Executiva

Presidente

Roberto Luiz de Carvalho Freire - Engenheiro Eletricista (SENGE-PE)

Vice-Presidente

Elaine Santana Silva - Engenheira Civil (SENGE-SE)

Secretário-Geral

Clovis Francisco do Nascimento Filho - Engenheiro Civil e Sanitarista (SENGE-RJ)

Diretor Financeiro

Carlos Roberto Bittencourt - Engenheiro Agrônomo (SENGE-PR)

Diretor Financeiro Adjunto

Saymon Antônio Zeferino - Engenheiro Agrônomo (SEAGRO-SC)

Diretora da Mulher

Simone Baía Gomes - Engenheira Química (SENGE-ES)

Diretor de Negociação Coletiva

Fernando Elias Vieira Jogaib - Engenheiro Eletricista (SENGE-VR)

Diretora Executiva

Maria Helena Barbosa - Engenheira Eletricista (SENGE-MG)

Diretoria Executiva: Membros Suplentes

Ildefonso Madruga - Engenheiro Eletricista (SENGE-RO)

Antônio Dias Vieira - Engenheiro de Minas (SENGE-MG)

Agatha Branco Santos - Engenheira Cartógrafa e de Agrimensura (SENGE-PR)

Felipe Ferreira de Araujo - Engenheiro Civil (SENGE-RJ)

Daniele Oliveira Danielewski - Engenheira Agrônoma (SEAGRO-SC)

Marconi Fardin - Engenheiro Eletricista (SENGE-ES)

Mailson da Silva Neto - Engenheiro Eletricista (SENGE-PE)

Conselho Fiscal – Membros Efetivos

Elder Reis - Engenheiro Metalurgista e de Operação Eletrotécnica (SENGE-MG)

Cícero Martins Junior - Engenheiro Civil (SENGE-PR)

Robson Costa - Engenheiro Agrônomo (SEAGRO-SC)

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Maria José Salles - Engenheira Civil e Sanitarista (SENGE-RJ)

Francisco Josealdo do Vale - Engenheiro Agrônomo (SEA-RN)

Antônio Dália - Engenheiro Eletricista (SENGE-PB)

Sindicatos Filiados

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

E-mail: senge@sengeba.org.br

Instagram: @sengeba

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

E-mail: senge-es@senge-es.org.br

Instagram: @senge.es

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

E-mail: sengemg@sengemg.com.br

Instagram: @sengemg

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

E-mail: comunicacao.sengepe@gmail.com

Instagram: @senge.pe

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

E-mail: secretariajp@sengepb.com.br

Instagram: @sengepb

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA

E-mail: sengero@brturbo.com.br

Instagram: @senge_rondonia

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

E-mail: secretaria@sengerj2.org.br

Instagram: @senge.rj

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NA CIDADE DE VOLTA REDONDA (RJ)

E-mail: senge-vr@senge-vr.org.br

Instagram: @senge_vr

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SERGIPE

E-mail: sengese@sengese.org.br

Instagram: @senge_sergipe

- SEA-RN – SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRONOMOS DO RIO GRANDE DO NORTE

E-mail: contato@searn.org.br

Instagram: @searnsindicato

- SEAGRO-SC – SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA

E-mail: seagro@seagro-sc.org.br

Instagram: @seagro.sc

- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

E-mail: senge-pr@senge-pr.org.br

Instagram: @senge.pr

Expediente

Comissão Organizadora do 14º Consenge: Roberto Freire, Clovis Nascimento, Carlos Roberto Bittencourt, Maria Helena Barbosa, Elder Reis e Murilo Valadares

Organização e Revisão: Camila Marins e Paulo Jager

Estagiária: Mariana Manfredini

Secretaria: Gilcimara Valle e Domênica Soares

Sumário

Sobre o Consenge	Página 8
Apresentação	Página 9
Conheça os autores das teses	Página 13
Tese 1 - Fortalecimento sindical e valorização da negociação coletiva, por Juvandia Moreira Leite	Página 14
Tese 2 - Valorização Profissional na Área Tecnológica de um País Soberano - Henrique Ludovice e Marcos Túlio de Melo	Página 24
Tese 3 - Emergência Climática, Segurança Alimentar e Soberania Nacional, Kleber Santos	Página 42
Tese 4 - O Projeto Nacional de Desenvolvimento: industrialização, crise, neoliberalismo e reconstrução, Jorge Bittar	Página 56
Regimento interno	Página 73

Sobre o Consenge

O Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (CONSENGE) tem o objetivo de definir, para o próximo triênio, as diretrizes da Fisenge e dos sindicatos filiados nos campos sindical e profissional, nas áreas de política tecnológica, agrônômica e de fomento à ciência e à pesquisa e o ensino da engenharia e, também, fortalecer a Fisenge e os sindicatos para a intervenção no debate de temas nacionais, em defesa da engenharia, da democracia e da soberania nacional.

Apresentação

Na sua 14ª edição, o Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros – CONSENGE – adota como tema central a consigna “A Engenharia e a defesa da soberania nacional”, que se desdobra, por sua vez, em dois temas, a saber: “Organização Sindical” e “Políticas Públicas”. Essa estrutura temática, elaborada ainda no ano pré-eleitoral de 2025, corretamente estabeleceu esses eixos para os debates que serão travados durante o Congresso bem como demarcou o escopo para a elaboração das diretrizes para a ação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros - FISENGE e dos Sindicatos de base no próximo triênio.

Em sua fase preparatória, conforme a já tradicional forma de organização de seus congressos, a FISENGE e suas entidades filiadas realizam encontros/congressos regionais que utilizam como base e estímulo aos debates esse caderno de teses, ora apresentado. O caderno contém quatro textos tratando dos subtemas *fortalecimento sindical e valorização da negociação coletiva; valorização profissional; emergência climática e segurança alimentar; e desenvolvimento e soberania*. Pela ordem de apresentação dos textos, os respectivos autores são Juvandia Moreira Leite; Henrique Ludovice e Marcos Túlio Melo; Kleber Souza dos Santos; e Jorge Bittar.

Juvandia Moreira é bancária, formada em Direito, com Pós-graduação em Política e Relações Internacionais, Presidenta da Confederação Nacional dos Bancários – CONTRAF/CUT e Vice-presidenta da CUT Nacional e conselheira do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável - CDESS. Henrique Ludovice é engenheiro civil, especialista em infraestrutura e mobilidade, tem longa trajetória de atuação no setor público e no Sistema Confea/Crea, tendo ocupado os cargos de presidente do CONFEA, do CREA-DF e da Mútua Nacional. Marcos Túlio de Melo, por sua vez, é engenheiro civil, com especialização em saneamento e engenharia econômica, tendo sido conselheiro federal, presidente do CREA-MG e presidente do CONFEA. Kleber Souza dos Santos é Engenheiro Agrônomo, Membro da Academia Brasileira de Ciência Agronômica, ex-presidente da CONFAB. Jorge Bittar, autor do último texto, é engenheiro eletrônico, assessor da presidência da FINEP, tendo sido presidente do SENGE-RJ, vereador e deputado federal em mais de um mandato.

Os artigos que se apresentam tratam de temas distintos e específicos, mas, como na maioria das vezes no que se refere às dimensões políticas, econômicas e sociais de determinada realidade, têm uma importante área de intersecção e forte complementaridade, compondo uma linha narrativa coerente. Talvez, em razão das eleições gerais que se avizinham, há alguns componentes comuns que poderão ser identificados pelo leitor. Preocupações com a necessidade de construirmos um projeto de desenvolvimento para o país; com a afirmação de nossa soberania (alimentar, energética, tecnológica, de dados); com a necessidade de superação da atual política monetária; com a necessidade de adoção de novas políticas públicas, embora haja o reconhecimento de um conjunto importante de programas e planos já em curso que precisam ser mantidos e aprofundados; entre outras, compõem um rico manancial de elementos abordados nas teses.

O primeiro texto, de Juvandia Moreira, que tem participado diretamente dos debates e negociações sobre a reforma do sistema de relações de trabalho brasileiro, intitula-se “Fortalecimento sindical e valorização da negociação coletiva”. Nele, a partir de um resgate das mudanças ocorridas no capitalismo nas últimas décadas e da caracterização da fase em que nos encontramos - neoliberal e baseada em um padrão de acumulação flexível e financeirizado, a autora aponta as transformações em curso no mundo do trabalho, associadas à quarta revolução industrial e, no caso brasileiro, também à reforma trabalhista de 2017; identifica o que seriam os principais desafios para o movimento sindical e, mesmo, para a sociedade brasileira - como é o caso da substituição da atual matriz econômica baseada em juros elevados; para, na sequência, propor um conjunto de mudanças que constituiriam as bases de um “novo sistema de relações de trabalho e sistema sindical” no país.

Henrique Ludovice e Marcos Túlio Melo são os coautores do segundo texto. Com o sugestivo título “Valorização Profissional na Área Tecnológica de um País Soberano”, defendem a ideia de que a valorização profissional no campo da engenharia requer, como pré-condição, o próprio desenvolvimento da engenharia nacional que, por sua vez, só pode ocorrer inserido num projeto de desenvolvimento nacional, que se assente na democracia, soberania, igualdade e ampliação do investimento em educação, saúde, infraestruturas, capacidade produtiva e em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Segundo os autores, em 2026, o país tem a possibilidade de escolher este projeto nas

urnas. Além disso, defendem que a valorização profissional demanda uma ação conjunta das entidades que atuam no campo da engenharia, seja nos legislativos nos três níveis, seja na elaboração das políticas públicas e apresentam, a título de conclusão, 13 propostas de ação.

O terceiro texto, de autoria de Kleber Santos, trata do subtema Emergência climática e segurança alimentar. Apresenta os conceitos centrais neste debate; mostra como as questões relacionadas à segurança alimentar estão umbilicalmente atadas às questões da segurança ambiental; revela, ainda, como as mudanças climáticas passaram a ser reconhecidas como um problema central para a humanidade e objeto de estudos, acordos multilaterais, planos de governo e programas de ação. Segundo o autor, “produzir mais com menos” se faz necessário e há uma alternativa sustentável que seriam os “agroecossistemas”. Destaca, ademais, a relação entre a questão fundiária, o tipo de uso da terra e seus impactos ambientais; relaciona as múltiplas políticas públicas já existentes voltadas ao meio ambiente e à segurança alimentar; e encerra a tese apresentando um conjunto de propostas sobre o que fazer.

Fechando o caderno, o quarto texto é de autoria de Jorge Bittar e denomina-se “O Projeto Nacional de Desenvolvimento: industrialização, crise, neoliberalismo e reconstrução”. Como o próprio nome sugere, Bittar endereça sua atenção a um amplo leque de questões. Argumenta que é preciso empreender um resgate da “trajetória histórica” do processo de desenvolvimento nacional para contextualizar o atual debate sobre um novo projeto, o que faz de maneira concisa e precisa, iniciando no período de substituição de importações, passando pela crise externa, adesão ao neoliberalismo, governos Lula e Dilma e governos pós-golpe, para desaguar no Governo Lula III que, segundo o autor, lançou “as bases para um novo caminho de desenvolvimento”. A partir daí, elenca um conjunto amplo e extenso de diretrizes fundamentais para a construção deste Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento – PND, sem antes, contudo, deixar de apontar a necessidade de “enfrentar a hegemonia do capital financeiro” o que requereria o estabelecimento de um “pacto político” pelo desenvolvimento de longo prazo.

As teses, talvez em razão de estarmos em ano eleitoral, como mencionado, em que o destino do país estará em jogo, embora apontem, realisticamente, um conjunto expressivo de desafios, apresentam, por outro lado, um rol significativo de propostas de

transformação que expressam compromisso e otimismo com o futuro do Brasil. Por isso, esses autores dão uma valiosa contribuição ao debate e aos trabalhos que virão a ser realizados nos encontros/congressos regionais e, posteriormente, no 14º CONSENGE.

É um material que, com certeza, apoiará as engenheiras e engenheiros congressistas nos debates e elaboração de propostas de diretrizes para a ação da FISENGE no próximo triênio, um período histórico que, assim esperamos, nos permitirá avançar na construção do país que sonhamos e queremos deixar às próximas gerações, apontando a engenharia nacional como base estratégica do desenvolvimento nacional. Que este material subsidie, inspire e estimule a todos e todas nessa jornada. Boa leitura!

Conheça os autores das teses

Juvandia Moreira Leite

Presidenta da CONTRAF-CUT e Vice Presidenta da CUT. Juvandia Moreira é bancária, formada em Direito, com Pós-graduação em Política e Relações Internacionais, Presidenta da Confederação Nacional dos Bancários – CONTRAF/CUT, Vice-presidenta da CUT Nacional e conselheira do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável - CDESS

Henrique Ludovice

Henrique Ludovice é engenheiro civil formado pela UnB. Foi presidente do Confea, da Mútua e do Crea-DF. Atuou na coordenação do programa "Luz para Todos" no governo federal e no programa "Paz no Trânsito", no governo em Brasília, e criou o "TecnoPrev", sistema de previdência para profissionais na Mútua

Marcos Túlio de Melo

Marcos Túlio de Melo é engenheiro civil, formado pela UFMG, com experiência de mais de 40 anos em execução de obras civis e de infraestrutura e liderança em cargos do sistema Confea/Crea e Entidades de Classe. Foi presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)

Kleber Souza dos Santos

Engenheiro Agrônomo, Membro da Academia Brasileira de Ciência Agrônoma e ex-presidente da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (CONFABEAB)

Jorge Bittar

Engenheiro Eletrônico formado pelo ITA, foi funcionário da Embratel por 21 anos, vereador por dois mandatos no Rio de Janeiro e deputado federal por quatro mandatos. Também foi Secretário Estadual de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro e Secretário Municipal de Habitação. Atualmente é assessor da presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

1. Fortalecimento sindical e valorização da negociação coletiva

Juvandia Moreira Leite¹

Introdução

O presente texto tem o objetivo de abordar os principais desafios para o movimento sindical, notadamente do ponto de vista do fortalecimento das entidades sindicais e da valorização dos processos de negociação coletiva em ambiente hostil aos trabalhadores, no contexto do capitalismo contemporâneo caracterizado pela financeirização, pelo neoliberalismo, pela intensa aplicação de inovações tecnológicas, pelo crescimento de formas de emprego desprotegidas e pela desregulamentação das leis de proteção à classe trabalhadora, movimentos observados em escala global.

Num primeiro momento, faremos um breve resgate histórico de como a chamada acumulação flexível de capital ganha força a partir dos anos 1970 e ganha novos capítulos de intensidade após a crise internacional de 2008, criando um ambiente de precarização generalizado das condições de trabalho, notadamente nos aspectos de remuneração, jornada e formas de contratação e, conseqüentemente, gerando um cenário de inúmeros desafios para a organização sindical da classe trabalhadora.

Num segundo momento, traremos uma visão das principais mudanças e tendências observadas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos – especialmente após a reforma trabalhista de 2017 - e de que forma tais mudanças podem ter contribuído para uma redução na taxa de sindicalização no período.

Em seguida mostra-se importante, a partir do diagnóstico traçado, apontar caminhos possíveis para um processo de revitalização sindical, com fortalecimento das entidades a partir de alguns eixos, tais como: negociação coletiva valorizada e

¹ Presidenta da CONTRAF-CUT e Vice Presidenta da CUT

fortalecida; sindicatos representativos; representação sindical ampliada; agregação sindical; autonomia sindical para a organização e o financiamento; direito de negociação coletiva para servidores públicos. Por fim, faremos o resgate de um caso paradigmático que pode ser utilizado como referência de autorregulação sindical que é o movimento sindical bancário e a forma como se organiza e negocia de forma nacional e unificada.

Contexto Histórico

O chamado regime de acumulação fordista atinge sua maturidade no pós-Segunda Guerra. Criava-se naquele momento, no centro do capitalismo, uma nova reconfiguração econômico institucional e um novo pacto social, que se mostraram eficientes por algum período e em determinados espaços no intuito de estabilizar o capitalismo. Daquele momento até os primeiros anos da década de 1970, os principais espaços do centro do capitalismo experimentaram fortes taxas de crescimento econômico, com elevação do padrão de vida de determinados segmentos da classe trabalhadora. Este arranjo foi possível pela formação de um compromisso entre o trabalho organizado, o grande capital e o Estado-Nação

Ao trabalho organizado e aos sindicatos cabiam um papel de protagonismo nas negociações das relações de trabalho que garantiam, em muitos casos, aumentos da remuneração. Ao grande capital, era estabelecida a garantia da trilha dos investimentos produtivos que resultassem em crescimento econômico, aumento da produtividade e dos padrões de vida e ao Estado cabia controlar o ciclo econômico com política fiscal e monetária que garantissem a demanda efetiva, investimentos públicos e sistemas de seguridade social que representassem complementos salariais aos trabalhadores. No entanto, a crise do capitalismo nos anos 1970 significou a queda do fordismo e a ascensão do chamado padrão de acumulação flexível de capital.

Nos anos 1980, os elementos centrais do fordismo foram sendo fragilizados, como as políticas de pleno emprego, a negociação coletiva com protagonismo dos sindicatos, a participação ativa do Estado na economia e a universalização dos direitos sociais. Visava-se, sobretudo, flexibilizar os mercados de trabalho e reduzir o papel do Estado na economia. A classe trabalhadora passou a conviver com taxas elevadas de

desemprego, estagnação salarial, desregulamentação da jornada, da remuneração e das formas de contratação, além de retrocesso no poder sindical com negociações cada vez mais descentralizadas.

A crise econômica internacional de 2008 parece ter se traduzido no gatilho de um novo momento do padrão de acumulação flexível do capitalismo. A partir de então, uma onda de reestruturação na forma de atuar das empresas passou a reorganizar o capitalismo, de modo que as inovações tecnológicas típicas do que se convencionou chamar de 4ª revolução industrial, somadas a uma série de reformas trabalhistas verificadas em grande parte nos países ocidentais, passaram a ditar um processo de intensificação na precarização das relações de trabalho, culminando em formas recentes como a plataformização do trabalho. E isso aconteceu como forma de recompor margens de lucro em um sistema em crise.

O que se vê, portanto, como característica fundamental dessa nova etapa da reestruturação capitalista - acentuada após a crise de 2008 - é justamente um recrudescimento do processo de transferência de riscos e custos do negócio capitalista para os próprios trabalhadores, com aumento da precarização, crescimento das desigualdades sociais e de renda e ganho de importância relativa dos empregos flexíveis, instáveis, informais, intermitentes, plataformizados – em suma, empregos sem proteção. É justamente nesse contexto que surgem imensos desafios ao movimento sindical que passa a conviver com a necessidade de transformação de suas formas de luta e de organização.

Mercado de trabalho brasileiro e sindicalismo pós-reforma trabalhista

O mercado de trabalho brasileiro não ficou imune às transformações observadas no capitalismo global e experimentou um processo de transformações importantes, notadamente nos anos 1990 com as experiências neoliberais dos governos Collor e FHC e, posteriormente, com a reforma trabalhista do Governo Temer, além do desastre do Governo Bolsonaro.

Apesar de convivermos atualmente no Governo Lula 3 com a menor taxa de desocupação da série histórica, o mercado de trabalho apresenta problemas históricos que foram muito aprofundados com a Reforma Trabalhista. Temos, hoje, uma taxa de informalidade de 37,6% da população ocupada – trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria, além de falsos PJs e MEIs, processo intensificado pelas plataformas digitais que já atuam em diversos segmentos da atividade econômica. Isso significa dizer que uma parcela muito grande da classe trabalhadora no Brasil não tem acesso aos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive o direito à organização sindical e à negociação coletiva.

Vale lembrar que a reforma trabalhista de 2017 criou inúmeros dispositivos de enfraquecimento dos trabalhadores e das organizações sindicais: ampliação dos contratos por tempo determinado e jornada parcial, terceirização irrestrita, trabalho intermitente, trabalho autônomo, teletrabalho, desobrigação da rescisão contratual no sindicato, demissão em massa sem negociação com o sindicato, prevalência do negociado sobre o legislado, promoção da negociação individual em temas como compensação de jornada, fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, criação de representações no local de trabalho sem vínculo com sindicato, redução do papel e restrição do acesso à justiça do trabalho etc.

Como consequência do crescimento dos trabalhos desprotegidos na estrutura do mercado de trabalho no Brasil e dos ataques sofridos pelo movimento sindical, especialmente nos Governos Temer e Bolsonaro, a partir de diversos dispositivos de enfraquecimento inseridos na Reforma Trabalhista a taxa de sindicalização sofreu uma redução importante, passando de 16,1% em 2012 para 8,9% em 2024. Importante dizer que, em 2024, a taxa de sindicalização voltou a crescer em comparação a 2023, interrompendo a sequência de reduções no contingente de sindicalizados que ocorreu desde 2014 e redução no percentual que vinha desde 2016. Feita essa ressalva em relação a mudança de tendência em 2024, vale dizer que, em uma análise de prazo mais longo, há uma redução importante da taxa de sindicalização em todos os setores da economia brasileira, conforme tabela abaixo:

Taxa de sindicalização, segundo os grupamentos de atividades no trabalho principal

Grupamentos de atividades no trabalho principal	Taxa de sindicalização (%)						
	2012	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Total (1)	16,1	14,2	12,4	11,0	9,2	8,4	8,9
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	22,8	20,7	18,6	19,0	16,6	15,0	14,8
Indústria geral	21,3	17,2	15,3	13,6	11,5	10,3	11,4
Construção	9,0	6,9	5,2	4,2	3,4	3,5	3,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	10,5	10,0	8,2	7,4	5,6	5,1	5,6
Transporte, armazenagem e correio	20,7	17,5	13,4	11,8	8,3	7,8	8,3
Alojamento e alimentação	7,7	6,8	5,7	5,6	3,9	4,2	4,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	18,7	16,9	13,5	12,0	9,5	8,8	9,6
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	24,5	23,3	21,8	18,1	15,9	14,4	15,5
Outros serviços	6,0	6,1	5,2	4,7	3,0	3,2	3,4
Serviços domésticos	2,7	3,1	2,8	2,8	2,8	2,0	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

(1) Inclui atividades mal definidas.

O argumento falacioso por trás da Reforma trabalhista de Temer era de que ela iria valorizar os processos de negociação, em detrimento de um suposto engessamento da legislação trabalhista. Ao mesmo tempo que se utilizava tal argumentação, a mesma reforma trouxe – como mostramos acima – inúmeros dispositivos de enfraquecimento da negociação coletiva e das organizações sindicais, com incentivos claros à negociação individual e ao rebaixamento de direitos.

A negociação coletiva deve ser sim o palco principal de regulação dos diversos aspectos das condições de trabalho, mas para que isso ocorra ao menos duas questões devem ser equacionadas: 1) como garantir acesso ao mecanismo de negociação coletiva para um percentual enorme da população ocupada no Brasil que se encontra na informalidade e, portanto, sem direito à representação sindical?; 2) como reverter os processos e mecanismos de enfraquecimento das entidades sindicais pós reforma trabalhista, garantindo a existência de sindicatos fortes, representativos, atuantes e, portanto, capazes de levar a cabo negociações coletivas que, de fato, garantam avanços e proteção para a classe trabalhadora em seus mais diversos segmentos?

Com base em tais questionamentos passamos a traçar alguns possíveis caminhos para um real processo de fortalecimento sindical, com entidades representativas e valorização de processos de negociação coletiva ampliados.

As bases para um processo de fortalecimento sindical e valorização da negociação coletiva

Antes de mais nada, importante apontar que as transformações desejadas no sentido de um mercado de trabalho com empregos de melhor qualidade – em termos de padrões de jornada, remuneração, proteção, direitos, organização coletiva – exigem mudanças na estrutura econômica do país, ainda determinada em grande medida por amarras econômicas herdadas dos anos 1990, notadamente a partir do chamado tripé macroeconômico – metas de superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante.

Nesse sentido, o fortalecimento das entidades sindicais pode colaborar, inclusive, para que as mesmas aprimorem suas condições de participar de processos amplos de debates dos rumos políticos e econômicos do país, contribuindo com formulações que sejam capazes de alterar dispositivos como as restrições fiscais impostas ao Estado, os obstáculos gerados pela política monetária ao desenvolvimento do país, o processo precoce de desindustrialização de nossa economia e assim por diante. Com uma matriz econômica diferente, é possível imaginar uma estrutura social e econômica mais complexa, diversa, baseada na inovação e no respeito ao meio ambiente e à diversidade, na qual pode-se caminhar para uma estrutura de empregos de melhor qualidade.

A necessária mudança na dinâmica e estrutura econômica do país deve ser acompanhada de um novo sistema de relações de trabalho e sistema sindical capazes de garantir a distribuição adequada do produto do trabalho no Brasil, de modo a reduzir substancialmente as desigualdades de renda, de gênero, raça, regionais e elevar a qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira.

Um primeiro desafio colocado na sociedade brasileira é como garantir proteção e direitos à enorme parcela da classe trabalhadora brasileira que hoje não tem acesso à legislação trabalhista nem à representação sindical por estarem inseridos fora do assalariamento formal. Um caminho potencial é que as centrais sindicais assumam a tarefa de formular e negociar políticas públicas, bem como suas formas de financiamento, capazes de garantir a tais segmentos da força de trabalho mecanismos de renda básica, de proteção da renda em face do desemprego, acidentes ou

problemas de saúde, programas de qualificação e requalificação, direito à aposentadoria digna etc.

Já para a parcela da classe trabalhadora inserida formalmente no assalariamento e, portanto, de alguma forma protegida pela representação sindical, os desafios também são imensos e dialogam com as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas e que não foram acompanhadas de uma desejada e necessária transformação na própria estrutura do sistema sindical no Brasil.

De maneira geral, os desafios dizem respeito a:

- 1) aumento da representatividade, cuja expressão maior é a taxa de sindicalização;
- 2) garantia de processos de transparência e democracia nas entidades;
- 3) garantia de autonomia e liberdade sindical;
- 4) transição de um sistema de representação fragmentado por categoria profissional para um sistema abrangente de representação por ramo de atividade;
- 5) valorização e incentivo a processos de negociação amplos que reflitam a atual realidade complexa das cadeias produtivas;
- 6) incentivo a processos de agregação sindical (fusões, incorporações, consórcios, comandos);
- 7) Representação nos locais de trabalho regulada em negociação coletiva;
- 8) garantia de regulamentação do direito de negociação coletiva para os servidores públicos;
- 9) estabelecimento de mecanismos de financiamento;
- 10) capacidade de abarcar no processo negocial novas temáticas como as inovações tecnológicas, os desafios da saúde mental dos trabalhadores, as questões de gênero, raça, PCDs e LGBTQIA+, bem como o debate da transição justa.

Seria importante que todo o arcabouço acima fosse organizado, regulado e fiscalizado por meio de uma estrutura de autorregulação das partes interessadas –

trabalhadores e empresas. Uma espécie de entidade autônoma de interesse público cujas atribuições seriam desenvolver a organização sindical das partes e a gestão autônoma das relações de trabalho entre as partes interessadas. Dentre suas funções estariam a aferição de representatividade das entidades; o estabelecimento de normas específicas, democráticas e transparentes, para o sistema sindical; a regulamentação de formas complementares do custeio sindical; a criação de câmaras de solução de conflitos que envolvam disputas intersindicais; a criação de programas de valorização sindical e fortalecimento da negociação coletiva; definição de regras para impedir práticas antissindicais e dispensa de dirigentes sindicais, entre outras. Sem dúvida, seria fundamental estabelecer um período de transição do atual sistema para o novo sistema sindical proposto, período que seria desenhado em etapas claras com cronogramas, processos e metas a serem atingidas.

A valorização e o fortalecimento dos sindicatos e dos processos de negociação coletiva amplificam uma cultura política de diálogo social que abre espaço também para grandes negociações de âmbito nacional como por exemplo a política de valorização permanente do salário mínimo, a redução da jornada e das escalas de trabalho, bem como a possibilidade de uma solução negociada para a reversão de mecanismos perversos da reforma trabalhista como o fim da ultratividade, o fim da homologação das demissões nos sindicatos e a inversão da hierarquia das normas coletivas.

Em suma, o sucesso na transição para um sistema sindical e de negociação coletiva com as características acima apontadas é condição fundamental para a concretização de um modelo econômico e social fundado no bem-estar geral e na melhoria de vida da coletividade da classe trabalhadora, com favorecimento à inovação, ao aumento da produtividade, à redução das desigualdades, ao aumento da renda e à criação de empregos protegidos e de qualidade, com respeito e preservação do meio ambiente.

A experiência de organização do sindicalismo bancário

Um exemplo importante de construção de processo de agregação é a categoria bancária, cuja negociação garante que todos os cerca de 424 mil bancários e bancárias em mais de 173 bancos diferentes – públicos e privados - tenham os mesmos direitos em um país de dimensões continentais como o Brasil por meio de uma Convenção

Coletiva de Trabalho nacional, complementada por Acordos Coletivos de Trabalho também nacionais, negociados de forma centralizada.

A estrutura de negociação da categoria bancária é ampla e representativa, pois congrega não só as entidades filiadas à CONTRAF-CUT, como também outras entidades filiadas às demais centrais sindicais como a CTB e a Intersindical, por exemplo. Essa estrutura de negociação se constitui a partir de uma construção política – o Comando Nacional dos Bancários - que engloba diferentes tendências do movimento sindical, que expressam opiniões diversas sobre inúmeros temas, mas que têm uma premissa em comum: a defesa da classe trabalhadora e o avanço das conquistas só é possível com base na unidade.

A CCT dos bancários, ao longo de mais de 30 anos, foi sendo aprimorada, garantindo novas conquistas e direitos, abarcando novos temas econômicos e sociais, de modo que se tornou capaz de dar respostas justamente às intensas transformações que se observam no mundo do trabalho e na própria sociedade em diversas esferas como saúde e condições de trabalho, igualdade de oportunidades e novas tecnologias, além das cláusulas econômicas.

Em 2018, como resposta aos ataques ao movimento sindical realizados por meio da Reforma Trabalhista, a negociação unificada da categoria bancária garantiu a regulação de aspectos importantes das relações sindicais, como a definição da duração dos mandatos sindicais, garantia da estabilidade e frequência livre do dirigente sindical e o desconto da contribuição negocial, aprovada em assembleias, além do desconto em folha das mensalidades sindicais. Trata-se de um exemplo importante de autorregulação do processo negocial e da estrutura sindical.

Considerações Finais

Há décadas, desenvolve-se um processo de fragmentação da classe trabalhadora com precarização das condições de trabalho, crescimento das formas atípicas de contratação, flexibilização das jornadas de trabalho e estagnação da renda. Este processo é comandado por intensas inovações tecnológicas, somadas a reformas trabalhistas destruidoras de direitos, num contexto de políticas econômicas

neoliberais. O cenário é agora amplificado pela plataformização da economia e do trabalho, mediante as empresas-plataforma ou aplicativos.

O sentido geral das transformações tende a criar um universo de trabalhadores cada vez mais heterogêneos, isolados e sem identidade de classe, portanto, com menor poder de barganha para lutarem por melhores condições de trabalho. A resposta do sindicalismo deve, necessariamente, passar pela construção de unidade, com o objetivo de realizar uma reforma sindical que supere a organização por categoria profissional e construa a organização por ramo de atividade, além de fortalecer, de fato, a negociação coletiva por meio de sindicatos representativos que tenham o trabalhador e a trabalhadora como soberanos em suas decisões coletivas tomadas em assembleias e que todos os trabalhadores e trabalhadoras, independentemente de sua forma de inserção no mercado de trabalho, tenham direito de ser organizar em sindicatos.

O contexto do paradigma econômico neoliberal em escala global, de ataque às organizações dos trabalhadores e de novos arranjos produtivos demandará estratégias renovadas por parte do sindicalismo, a fim de manter seu grau de protagonismo na regulação das relações de trabalho e na própria construção de um país mais justo e inclusivo, com desenvolvimento econômico, social e ambiental.

2. Valorização Profissional na Área Tecnológica de um País Soberano

Henrique Luduvic e Marcos Túlio de Melo²

Introdução

O tema “Valorização Profissional”, tratado sob variados contextos nesta tese, está permanentemente inserido nas prioridades de instituições e entidades e assume caráter preponderante nos Sindicatos de Engenheiros filiados à FISENGE, assim como de suas respectivas bases.

Visando subsidiar análises e debates a serem realizados no âmbito do 14º CONSENGE, intenta-se discorrer sobre determinados aspectos deste conteúdo, identificados por relevância, sem a pretensão de esgotar o universo de alternativas que envolve o referido objeto.

Registre-se que este temário viabiliza o estudo e concepção de linhas de trabalho a serem implementadas pela FISENGE nos diversos campos vinculados aos parâmetros do exercício profissional ou representação sindical. Em adição, amplia a margem para que sejam avaliadas as dimensões constantes da formação nas universidades ou que envolvam a atualização da Política Tecnológica do País.

² Henrique Luduvic

Henrique Luduvic é engenheiro civil formado pela UnB. Foi presidente do Confea, da Mútua e do Crea-DF. Atuou na coordenação do programa "Luz para Todos" no governo federal e no programa "Paz no Trânsito", no governo em Brasília, e criou o "TecnoPrev", sistema de previdência para profissionais na Mútua

Marcos Túlio de Melo

Marcos Túlio de Melo é engenheiro civil, formado pela UFMG, com experiência de mais de 40 anos em execução de obras civis e de infraestrutura e liderança em cargos do sistema Confea/Crea e Entidades de Classe. Foi presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)

Esta matéria propicia, ainda, a elaboração de proposições estruturadas que elevem e qualifiquem, ainda mais, os debates nas instâncias do 14º Consenge. E, por consequência, as intervenções da Federação nos diversos temas afetos às profissões que orgulhosamente representa nos Estados e na União.

Necessário se impõe adendar que tais manifestações objetivam assegurar o protagonismo da área tecnológica nos embates, cada vez mais frequentes no âmago da sociedade brasileira, em defesa de um projeto de desenvolvimento democrático e soberano que contemple o crescimento econômico interligado à implantação da justiça social no Brasil.

Haja vista os atuais ambientes nacional e internacional, faz-se essencial destacar, de plano, que, neste ano eleitoral de 2026, os Engenheiros, os Agrônomos e os Geocientistas, a exemplo do povo que habita e trabalha por esta Nação, enfrentam, uma vez mais, o dilema de deliberar a respeito dos projetos de futuro do País, em eleições devidamente convocadas pelos Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em disputa, dois projetos com possíveis nuances: um projeto de Estado que incorpora valores inegociáveis de democracia, igualdade, direitos, desenvolvimento social e econômico, bem-estar social e soberania; outro que apresenta como seu principal norteador a dependência e vinculação a interesses externos. Além da introdução de uma radicalização social com ênfase em discursos de ódio e no desmonte das estruturas públicas construídas ao longo de décadas, reforçando uma predileção pela economia financeira que nada produz; tampouco gera empreendimentos, obras estruturantes, máquinas, equipamentos, usinas, portos, edificações, aeroportos, meios de transporte em todos os modais, urbanização, saneamento, escolas, hospitais, fábricas, indústrias, postos de trabalho ou avanços para o conjunto da sociedade. Restringe-se a beneficiar poucos em escalas estratosféricas.

Essa proposta nefasta a pactos por plena cidadania provoca vítimas desde o início de sua implantação. As primeiras são os membros das populações mais vulneráveis com cortes profundos de direitos e expectativas. Em fase concomitante, atingem igualmente as instituições e as empresas estratégicas para o domínio do conhecimento tecnológico, comprometendo as perspectivas da Pátria.

Neste contexto, as áreas que transformam ciência em processos produtivos e resultados, como a Engenharia, são constrangidas por esses modelos que preferem, em geral, importar a estabelecer cadeias de produção com domínio intelectual e sediadas no Brasil. E, portanto,

submetidas a exigências de um Estado nacional sintonizado com seus conterrâneos, com a segurança e os horizontes do País.

A política institucional vencedora do próximo pleito impactará na evolução da Engenharia Brasileira.

A valorização da Engenharia Nacional dependerá da opção que vier a ser eleita. A Engenharia é vinculada a investimentos produtivos e a projetos de desenvolvimento - tanto públicos como privados nas mais diversas plataformas do quase infinito espectro em que atuam essas áreas e em qualquer país do planeta.

O Clube de Engenharia do Brasil, sediado no Estado do Rio de Janeiro, fundado em 1880, cunhou a máxima que enfatiza: “Não há desenvolvimento sem Engenharia e não há Engenharia sem desenvolvimento”. A história demonstra que projetos ajustados com a economia rentista, o liberalismo econômico e a dependência externa concentram renda e riqueza e são, por natureza, excludentes. Via de regra, eles transferem vultosos recursos para matrizes localizadas no exterior, enfraquecendo continuamente a capacidade de investimento do Estado em infraestrutura, saúde, educação, segurança, ciência e tecnologia. Inclusive, reduzem a competitividade do País no comércio internacional de tecnologias de ponta e serviços especializados, contribuindo para o enfraquecimento e desvalorização da Engenharia e indústria locais. Neste diapasão, danificam as perspectivas do tecido social em que estariam, em tese, integrados.

O sucesso das organizações da área tecnológica em ações de valorização e defesa da Engenharia passa por instituir responsabilidades. Dentre elas, a de exercer um maior protagonismo nos assuntos inerentes à coordenação social e política do País, defendendo um Estado que planeje e implemente um ideal desenvolvimentista que assevere oportunidades e elevação da qualidade de vida extensivas aos inúmeros segmentos que compõem a Nação.

Este projeto nacional vem sendo gestado no Brasil desde outros períodos históricos, sob a condução dos Governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Neste século XXI, pelos Governos Lula e Dilma.

Os Governos mencionados buscaram construir um desenvolvimento brasileiro idealizado a partir do Estado por meio da atração de investidores internos e externos, respeitando contratos. Mas, sem deixar de colocar sobre as planilhas de negociações o respeito

aos arcabouços constitucionais e legais que incluem os interesses do Brasil e o cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais lavrados no País.

Conforme já explicitado, esta proposta de Brasil se contrapõe a outras, relacionadas a interesses exógenos, que se digladiam para reduzir a capacidade do Estado brasileiro em construir um projeto de nação que alcance patamares evolutivos compatíveis com as exigências do século XXI. Principalmente, quando esta explicita uma ação transversal, que atenda ao povo brasileiro.

Por mais paradoxal que pareça, existem no Brasil, desde os tempos coloniais, segmentos que combatem esta visão de País e preferem adotar olhares com vieses colonizadores. Em determinadas passagens, incorporam papéis de artífices das entregas das riquezas e das perspectivas do seu povo em benefício de exploradores monetizados. Em outras ocasiões, adotam posturas de representantes desses últimos, embora ajam como se empreendedores fossem. Rejeitam, potencialmente, qualquer controle estatal porque estes defendem o Brasil em detrimento de vantagens ou proveitos de matrizes detentoras de comandos no exterior e combatem instituições públicas estratégicas com o objetivo de privilegiar o particular em detrimento do coletivo. Esforçam-se para destruir sonhos que remetam à construção de uma nação desenvolvida, inclusiva e justa, sob a coordenação das áreas política e tecnológica ou da edificação de um país destemido, pujante e referencial com influências na América Latina e no mundo.

Tais setores se posicionam a favor do desmonte das universidades públicas, pois essas, segundo esses grupos, emulam o livre pensar, como dizia Millôr Fernandes.

Em passado não tão distante, reduziram apoios e permitiram a desnacionalização da indústria brasileira, destruindo grandes empresas da construção civil que atuavam em dezenas de países. Enfraqueceram a Engenharia Consultiva e deixaram de financiar estruturas nevrálgicas para a geração de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação, sempre com o intuito de reduzir a competitividade tecnológica brasileira, exatamente quando esta se mostrava proprietária de capacidades que ensejavam disputas nos cenários universais.

Desde a aprovação da Constituição Cidadã em 1988, esforçam-se para restringir direitos trabalhistas e sociais conquistados historicamente. Mais recentemente, postaram-se em continência para bandeira estrangeira e apoiaram taxas escorchantes contra o Brasil.

Enquanto escrevemos este artigo, alguns se empenham em anunciar a cessão de minerais estratégicos demandados por empresas de alta tecnologia de outras nações, sem quaisquer avaliações de contrapartidas ou negociações que resultem em plantas, negócios ou indústrias, referentes a essas preciosidades, instaladas no Brasil. Isso sem sequer aventar a colocação de empresas de capital nacional em vista para absorver e disseminar novos conhecimentos, estruturando empreendimentos no país.

Foi o comportamento altivo do governo e da diplomacia em defesa de um Brasil para os brasileiros, que impediram a concretização desses disparates e punições ao País. Em acréscimo, o aludido posicionamento tem sido exemplo para um crescente número de líderes mundiais. Iniciativas e movimentos semelhantes se alastraram em vários continentes, enfrentando as características de vertentes imperialistas hoje existentes, em respaldo de projetos nacionais soberanos.

As promessas de entregas das riquezas sem contrapartidas remetem a ciclos de tristes memórias do período colonial (madeira, borracha, ouro e outros) que prejudicam o destino das próximas gerações. Ancorada na absoluta ausência de uma pauta de negociações, a entrega das riquezas abala a dignidade do País. Em palavras mais contundentes, sequestra as perspectivas de futuro da Nação.

Isto posto, deriva inaceitável conceber que parte da nacionalidade brasileira, a despeito das distintas posições políticas ou religiosas, concorde com tais cogitações. Mormente, porque provenientes de grupos sociais sintonizados com pautas vinculadas ao exterior, sem significativos proveitos ou resultantes para o Brasil.

Mais engenharia. Mais soberania

Estão ganhando força e tração na Engenharia brasileira, articulações em instituições, movimentos, canais e blogs na internet ou em plataformas voltadas para a valorização profissional, democracia e soberania. Objetivando, com certeza, resgatar o protagonismo da Engenharia, dos Engenheiros e das Engenheiras no cenário nacional. Como exemplos, pode-se indicar o Movimento SOS BRASIL SOBERANO lançado em 2017 pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro ou o Canal Arte Agora, criado em Pernambuco no ano de 2020. Em acréscimo, o surgimento da EngD – Engenharia pela Democracia em 2021 e as ações históricas Clube de Engenharia do Brasil. Os temários desenvolvidos pela FISENGE

nos 12º e 13º CONSENGE de 2021 e 2023 encontram-se neste contexto, assim como eventos realizados por entidades congêneres como a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).

Com o propósito de realçar a potencialidade desses fatos, recorde-se que nos dias 02 e 03 de junho de 2025, na Sede do Clube de Engenharia do Brasil, situado na cidade do Rio de Janeiro, foi oficialmente lançado o Fórum da Engenharia Nacional com a participação ativa de lideranças, entidades profissionais associativas e sindicais, entidades empresariais e instituições de ensino das áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geociências.

O celebrado Fórum contou com o engajamento de renomados pesquisadores em ciência e tecnologia acrescidas de representações estudantis, sociais e de órgãos públicos; todos, indubitavelmente, implicados com a defesa da democracia em suas dimensões cultural, política, econômica e socioambiental e pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Os focos na defesa da soberania e da valorização da Engenharia, assim como da efetivação de um modelo de bem-estar social com amplos direitos no Brasil, tangenciou o conjunto das exteriorizações unindo diferentes grupos e tendências da área tecnológica do País.

A EngD – Engenharia pela Democracia, a FISENGE com seus Sindicatos filiados, o Clube de Engenharia do Brasil, a ABEA-Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas e a FNE, fortalecidas pelos apoios da MÚTUA e da FINEP evidenciaram notáveis compromissos com a realização desta primeira reunião anual. Estão consignadas, nos acervos, as proeminentes atuações das mesas, com seus mediadores, palestrantes e debatedores.

O Fórum da Engenharia Nacional se propõe a ser “uma construção estratégica, de caráter permanente, que incorpora como seu principal objetivo oferecer espaços políticos e culturais voltados para pensamentos, formulações, debates, diálogos sociais e articulações; que, na essência, visem incrementar ações assertivas das lideranças e integrantes da Engenharia em relação aos governos e à sociedade”. A Plenária Final daquela reunião aprovou a Carta do Rio de Janeiro e a proposta de realização da primeira Conferência Nacional da Engenharia.

No dia 1º de setembro de 2025 ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, o “Ato em Defesa da Soberania Nacional” com participação superior a mil lideranças políticas oriundas de mais de uma centena de entidades, sob a coordenação do Clube de Engenharia do Brasil. Durante a 80ª SOEA e o 12º CNP-Congresso Nacional de Profissionais concretizados sob a coordenação do CONFEA, no período de 06 a 11 de outubro de 2025, na cidade de Vitória, capital do Estado

do Espírito Santo, o Fórum da Engenharia Nacional divulgou e aprovou, por unanimidade, uma emblemática proposta, de pleitear junto ao Governo Federal a realização da primeira Conferência Nacional da Engenharia, fundamentada nas razões abaixo delineadas:

- . na importância estratégica da Engenharia como base técnica essencial à organização territorial, à provisão de infraestrutura, à inovação tecnológica, à competitividade econômica e à autonomia nacional em setores estratégicos;

- . na necessidade de revitalização da Engenharia Nacional frente aos desafios contemporâneos relacionados à transformação digital, à inteligência artificial, à transição energética, às mudanças climáticas, à reindustrialização;

- . na relevância de promover processo amplo, democrático e participativo de escuta qualificada, diálogo social e construção coletiva de diretrizes para políticas públicas relacionadas à Engenharia, à Infraestrutura, à Inovação Produtiva e ao Desenvolvimento Sustentável;

- . na necessidade de contribuir para o aprimoramento da formação, da valorização profissional e da atuação estratégica dos Engenheiros, em consonância com as demandas tecnológicas e socioambientais do século XXI.

Destaque-se que nos dois acontecimentos as ações efetivas da EngD, FISENGE, Entidades e Lideranças do Sistema Profissional consolidaram uma defesa enfática da democracia e de um projeto de nação soberano. Além de angariar apoios e votos para que o Congresso, por unanimidade, validasse a realização da Conferência Nacional da Engenharia, houve distribuição de materiais impressos e bonés na cor azul, com inscrições: “Mais Engenharia, Mais Brasil”.

Neste enquadramento narrado constante de um mundo repleto de acirradas disputas com diferentes ordens, urge agregar e dar suporte a um projeto de abrangência nacional que privilegie internamente aspectos positivos da evolução digital, da inteligência artificial e do poder tecnológico.

Na formulação exposta, há que se organizar limites às Mídias e *Big Techs* nos elementos econômicos, políticos e culturais, por meio da regulação com transparência, além da prescrição de responsabilidades aos entes privados nas possíveis rupturas das novas descobertas com as interfaces da ordenação estatal.

Neste sentido, surgiu, em 2022, um movimento denominado “Mutirão e Conferência da Soberania”. O intento do movimento é viabilizar que organizações sociais e mídias alternativas interajam com lideranças das Engenharias, Agronomia e Geociências e se aprofundem sobre cibernética, rotas tecnológicas, infraestrutura, armazenamento de dados, hardwares e softwares livres. Enfim, os desafios estratégicos para a soberania digital.

Em uma conjuntura em que se reconhecem os rumos a serem trilhados para a edificação de um País para todos, torna-se imprescindível avaliar possíveis panoramas, com suas incertezas e convicções; sem jamais relegar a patamares inferiores as esperanças no fortalecimento de uma cidadania que transcenda fronteiras e alcance dimensões planetárias.

Considerando as circunstâncias abrangentes e desafiadoras, conclamamos os congressistas a se aprofundarem sobre teses e propostas que se dispõem a prospectar e antever cenários. Sempre com o intento de implantar ideias e concepções necessárias para o planejamento e atuação da FISENGE e da Engenharia Brasileira nos complexos quadros nacional, continental e mundial em que nos encontramos integrados.

“Inútil o conhecimento que não nos leva a uma ação no mundo real” (*frase atribuída a Albert Einstein*).

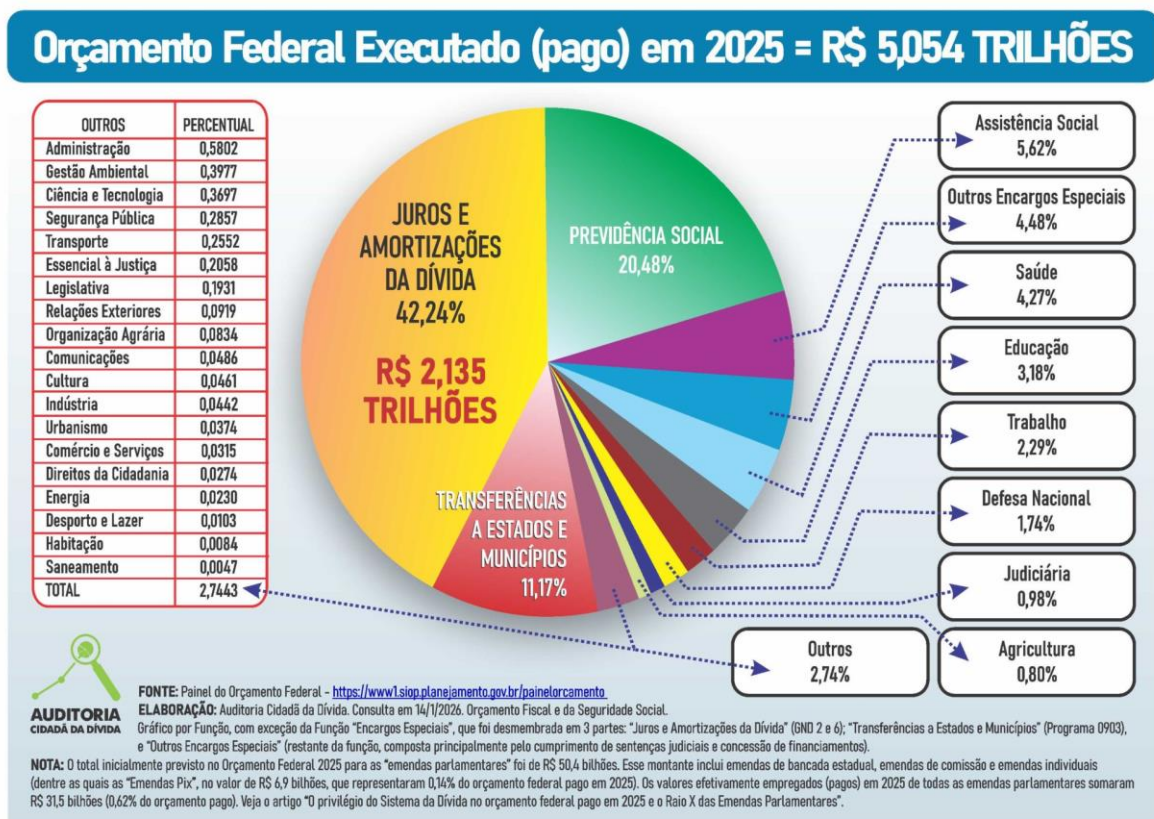
Política econômica e investimentos

Conforme reforçado na introdução deste texto, a atuação dos Engenheiros e Engenheiras como empreendedores, profissionais liberais ou assalariados, assim como a valorização dessas áreas tecnológicas se relacionam fortemente com projetos de desenvolvimentos locais, regionais e nacionais que envolvem financiamentos públicos, privados ou mistos para suas viabilizações.

Esta verdade fática requer que o Brasil equacione e supere, em prazo compatível com a urgência requerida, as limitações ao crescimento da sua economia impostas pelos altos juros praticados na economia.

As circunstâncias presentes restringem as capacidades de endividamento, financiamento e crescimento das empresas do ramo industrial produtivo, drenando mais de um trilhão de reais anuais do orçamento federal para pagamento de juros da dívida (sem

contabilizar as amortizações). Em paralelo, engessam orçamentos, engrandecem dívidas estaduais e municipais, reduzindo investimentos em infraestrutura, ciência, tecnologia, educação, saúde, segurança e direitos sociais.



As campanhas direcionadas à realização de auditorias nas dívidas estatais e pela redução dos juros devem ser apoiadas pela FISENGE, organizações empresariais, profissionais da engenharia e por toda sociedade. Percebe-se, no cotidiano, a inexistência de lideranças de prestígio que reprimem a veemente aderência a esta bandeira, outrora externada de modo quase cotidiano pelo falecido vice-presidente José Alencar.

Os juros escorchantes, como os praticados no Brasil, beneficiam banqueiros e rentistas. Adende-se, que são algozes de empresas, do desenvolvimento e da valorização profissional, prejudicando a evolução social almejada por cidadãos e cidadãs deste País.

A taxa de juros na estratosfera é inimiga do desenvolvimento econômico e social e representa a vilã nos roteiros que perpassam por empreendedorismo, novos negócios, empregabilidade e valorização profissional da engenharia brasileira.

Observa-se no gráfico abaixo o comprometimento com o endividamento e juros pagos por países desenvolvidos e emergentes comparados a seus PIBs (dados de 2021).

Preço da dívida

Brasil lidera em pagamento de juros entre grandes economias

● Emergentes ● Desenvolvidos

País	Dívida, em % PIB	Pagamento de juros, em % do PIB
● Brasil	84,6	5,96
● México	53	5,83
● Índia	82,7	5,26
● África Do Sul	73,9	4,96
● Itália	137,2	3,61
● Estados Unidos	122,1	3,01
● Reino Unido	101	2,46
● Argentina	154,5	2,39
● Hong Kong	6,4	2,34
● Indonésia	39,9	2,1
● Espanha	107,4	1,87
● Turquia	28,8	1,84
● França	110,6	1,68
● Austrália	49,3	1,15
● China	83,6	0,94
● Alemanha	64,2	0,69
● Holanda	47,1	0,58
● Canadá	107,1	0,5
● Rússia	19,6	0,25
● Coreia do Sul	55,1	0,15
● Japão	252,3	0,12
● Suíça	38,3	0,11
● Arábia Saudita	26,2	0,03

Fonte: Relatório do FSB para o G20/BIS, FMI, JP Morgan, cálculos do FSB

Em 2025, o endividamento bruto federal representou 78,7% do PIB brasileiro. Os juros pagos, aproximadamente 8% do PIB.

A título de análise, caso a remuneração da dívida brasileira houvesse pagado a metade da taxa de juros de 2025, poderia ter ocorrido uma injeção superior a R\$ 500 bilhões em novos

investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, energia, transporte, habitação, saneamento, defesa nacional, saúde, educação e cultura, dentre outras aplicações, que poderiam ter ocasionado novos empreendimentos, empregos, desenvolvimento e valorização da Engenharia.

Valorização Profissional na Legislação e nas Negociações Coletivas

Além das ações que afetam de forma direta a valorização profissional, deve-se atentar para a relevância do combate aos juros elevados e processos de negociação coletiva; bem como a defesa do tema em Projetos de Lei e Emendas Constitucionais que tramitam nos Legislativos Municipais, Estaduais e Nacional.

Os Projetos de Lei Municipais que tratam de Planos Diretores, Códigos de Obras, Aprovação de Projetos, Códigos de Postura, Meio Ambiente, Saneamento, Mobilidade, Manutenção de Edificações e Mecânicas, Extensão Rural, Responsabilidade Técnica e outros, interagem e têm forte impacto em atividades profissionais da Engenharia e Agronomia. Urge, portanto, que mereçam permanente acompanhamento das organizações profissionais visando à defesa da sociedade. Com a inclusão nessas legislações da necessidade de participação ativa dos profissionais habilitados na execução de projetos, obras e serviços, poderemos assegurar qualidade e segurança aos empreendimentos.

É fundamental a defesa de que cargos técnicos da administração sejam ocupados por profissionais habilitados e incorporando, cada vez mais, no planejamento das ações de fiscalização dos CREAs.

A interação de sindicatos e associações profissionais com os Executivos e Legislativos Municipais nas discussões sobre os modelos de planejamento mais apropriado para as cidades valorizam e propiciam trabalhos e reconhecimento social para a Engenharia.

Há que se estruturar bases para a instituição no País de um Programa “Mais Engenharia”, semelhante ao programa “Mais Médicos” que almeje oferecer Políticas de Engenharia, Agronomia e Arquitetura Públicas para todos os municípios. Principalmente, para aqueles que ostentam IDHs mais baixos e comunidades mais carentes. Uma iniciativa governamental desta magnitude alavancaria perspectivas e reduziria os desequilíbrios entre regiões, assim como entre capitais e demais cidades.

As organizações profissionais precisam incorporar no escopo de suas tarefas, o incentivo e a qualificação dos profissionais para ocuparem representações da Engenharia e Agronomia nos diversos Conselhos e Comissões que versam sobre Desenvolvimento Regional e Municipal; a exemplo de Conselhos Urbanos, de Habitação, de Saneamento, de Mobilidade, de Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas e outros.

As participações nessas estruturas coletivas, com a correspondente disponibilização de conhecimentos técnicos, contribuem para a implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional e Local mais concernentes com os potenciais disponíveis e conduzem ao reconhecimento Profissional.

Da mesma forma, a participação das organizações profissionais e sindicatos nos debates que acontecem nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, envolvendo assuntos relacionados às Profissões da Área Tecnológica, qualificam as decisões dos Poderes Legislativos e impactam na valorização profissional.

Agenda Parlamentar

O CONFEA lançou, em 18 de março, a Agenda Parlamentar Prioritária para 2026, mantendo o acompanhamento de 436 proposições em tramitação no Congresso Nacional, sendo 359 na Câmara dos Deputados e 77 no Senado Federal. (Esta pode ser acessada no site www.confex.org.br).

Elencam-se, neste documento, os Projetos de Lei (PLs) que exigem maior atenção, acompanhamentos e articulações dos Sindicatos e da FISENGE e que incidem fortemente na valorização profissional.

*PL 1024/2020 (altera a Lei 5.194/66). O PL1024/2020 altera a Lei 5.194/66, que regula as profissões de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo. Foi originalmente encaminhado ao Congresso pelo ex-ministro Paulo Guedes com o objetivo de “tornar mais célere o processo do registro dos profissionais e empresas estrangeiros”. Na prática propunha a abertura do mercado interno brasileiro de Engenharia e Agronomia à participação de profissionais e empresas estrangeiras, sem a exigência de uma contrapartida explícita de reciprocidade. Por outro lado, atendia a uma demanda histórica das organizações profissionais para a federalização do plenário do CONFEA.

Tramitou por 3 comissões na Câmara dos Deputados (CTRAB, CFT e CCJC), onde foram aprovados os pareceres dos relatores com alterações significativas ao projeto original. Em 25/03/2026 foi designado como relator na CCJC o Dep. Fed. Cleber Verde (MDB-MA). Aprovada a redação final na CCJC o projeto será encaminhado ao Senado. Em artigo publicado no canal 247 com o título “Nova Realidade Mundial exige modernizar a Lei da Engenharia”, Francis Bogossian e Ricardo Latgê, trazem reflexões sobre este projeto de lei. A FISENGE e seus Sindicatos deverão envidar esforços adicionais com o intuito de aprimorar o texto no Senado Federal, objetivando:

- Alterar o artigo 34 para determinar a eleição direta dos inspetores e incluir atribuições para que os CREAs apoiem ações institucionais que visem garantir às populações carentes, bem como às comunidades em estado de emergência ou calamidade pública, o acesso aos serviços prestados pelos Profissionais nele registrados;

- Alterar o art. 36, para destinar 15% das receitas líquidas de ARTs arrecadadas pelos CREAs, para as Entidades e Sindicatos registrados em apoio aos processos de Fiscalização, Atualização e Valorização profissional (este tema é tratado também no Projeto de Lei 617/2019);

- Alterar o artigo 82 para estabelecer que as remunerações iniciais dos Engenheiros e Agrônomos, quaisquer que sejam as fontes pagadoras, deverão ser corrigidas anualmente pelo índice oficial do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo. Decisão do STF de 2022 declarou inconstitucional a utilização do Salário Mínimo Profissional como fator de indexação de reajustes automáticos, preservando-se apenas o valor nominal então vigente (este tema é também tratado na emenda da Dep. Fed. Marussa Boldrin à Emenda Constitucional 1334/2026 abaixo relacionada);

*PL 626/2020 (Engenheiro sim, Analista não). Este Projeto de Lei dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização no âmbito das atuações dos Profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional. É de autoria do Dep. Fed. Rogério Correa do PT de Minas Gerais com idealização e articulação da FISENGE. Foi aprovado na CASP - Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, em 24 de fevereiro de 2026, o parecer e voto do Dep. Fed. Reimont do PT do Rio de Janeiro favorável ao PL, com alterações para incluir também os Químicos e o sistema CFQ/CRQs. Aguarda análise e parecer

da CCJC (Comissão de Constituição e de Cidadania da Câmara dos Deputados), onde foi recebido em 27/03/2026.

*PL 3118/2023 (Carreira de Estado). O PL 3118/2023 é de autoria da Dep. Fed. Laura Carneiro, do PSD do Rio de Janeiro, e caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos, quando ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal. Está na CASP - Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados com parecer e voto pela aprovação do citado projeto desde 10 de novembro de 2025. Relatora, Dep. Fed. Erika Kokay do PT do DF.

*Medida Provisória 1334/2026 (emenda para atualização do Índice de correção do Salário Mínimo Profissional da Engenharia). A Medida Provisória 1334/2026, de 21 de janeiro de 2026, fixa o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. A ela foi apresentada pela Dep. Fed. Marussa Boldrin do MDB de Goiás, uma emenda para atualizar o Salário Mínimo Profissional da Engenharia que deverá alcançar R\$ 9.726,00 para seis horas de trabalho diário. Para Profissionais com formação acadêmica superior a 4 anos, acréscimo de até 25% às horas excedentes às seis horas de serviço e correção anual pelo INPC.

Articulação Institucional

O CONFEA e os CREAs são autarquias públicas especiais criadas via Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 (legislação alterada pela Lei Federal 5.194/66), responsáveis pela verificação, fiscalização e aperfeiçoamento do exercício e das atividades das áreas profissionais das Engenharias, Agronomia e Geociências, e não são organizações de representação profissional. O CONFEA define as atribuições profissionais e regulamenta normas e decretos. Os CREAs fiscalizam os profissionais e as empresas no exercício de suas atribuições, em defesa da sociedade.

A representação e defesa do profissional é atribuição de entidades e sindicatos. A interação e articulação institucional entre a FISENGE e os Sindicatos com o Sistema CONFEA/CREA deve fortalecer a exigência de cumprimento do Salário Mínimo Profissional, além da fiscalizar o exercício das atividades profissionais. Em complemento, precisa viabilizar

ações de valorização profissional que contemplem o protagonismo e reconhecimento social da Engenharia e Agronomia.

A FISENGE e os seus Sindicatos deverão planejar reuniões periódicas entre suas Diretorias e os Conselheiros eleitos, no âmbito dos Sindicatos, para os Plenários e Câmaras Especializadas dos CREAs. Com o propósito de propiciar debates internos que possibilitem ações coletivas em defesa da ética, da fiscalização do Salário Mínimo Profissional, da valorização das profissões e de pautas de interesse do Sindicatos e da Federação.

A Mútua

A MÚTUA é uma sociedade civil sem fins lucrativos criada pelo CONFEA pela Resolução nº 252, de 17 de dezembro de 1977 (conforme autorização legal contida no art. 4º da Lei 6496 de 07 de dezembro de 1977) para apoio ao aprimoramento das carreiras e oferece planos de saúde, benefícios sociais, previdenciários e assistenciais para os profissionais nela filiados, através das Caixas de Assistência Estaduais e de acordo com sua disponibilidade financeira.

O Congresso deve aprovar o estabelecimento de parcerias entre a Fisenge e os Sindicatos com as Caixas de Assistência nos Estados e com a MÚTUA em nível nacional, com o intuito de gerar ou ampliar atividades de apoio aos profissionais, inclusive apoio de natureza assistencial disponibilizado para seus associados.

Fórum da Engenharia Nacional

O Fórum da Engenharia Nacional foi lançado na sua primeira Reunião Anual realizada nos dias 02 e 03 de junho de 2025, no Clube de Engenharia do Brasil, no Rio de Janeiro, e é uma construção e articulação estratégica de caráter permanente. Assumiu como objetivo ser um espaço político e cultural de pensamento, formulação, debates, diálogo social e articulação para incrementar ações mais assertivas das lideranças e integrantes da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geociências junto aos Governos e à Sociedade.

O Fórum reúne organizações, profissionais, pesquisadores e empresas que atuam e interagem nos campos da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geociências e áreas relacionadas, em prol do desenvolvimento nacional inclusivo e soberano.

A FISENGE e seus Sindicatos devem participar dos Fóruns Regionais que estão sendo criados e do Fórum da Engenharia Nacional, se integrando de forma ativa na organização, consolidação e ampliação destes Fóruns, bem como na realização da Conferência Nacional da Engenharia.

Propostas de Ação

1. Defesa da Soberania Nacional e das funções do Estado

Defender a valorização profissional é defender a soberania nacional, a engenharia nacional, o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social e a democracia, com forte oposição à privatização de setores estratégicos e ao autoritarismo, priorizando o controle estatal e a reversão de privatizações bem como das demissões de profissionais concursados já realizadas. A FISENGE deve trabalhar para colocar também o Sistema CONFEA/CREA e MÚTUA como protagonista em um projeto de desenvolvimento soberano do País;

2. Valorização das Engenharias, Agronomia e Geociências

Promover o protagonismo das Engenharias, Agronomia e Geociências no desenvolvimento sustentável, democrático, inclusivo e resiliente, reconhecendo seus papéis essenciais na construção de políticas públicas e projetos nacionais;

3. Formação Profissional de Excelência

Valorizar a Engenharia é fortalecer o ensino presencial e de qualidade, limitando o ensino à distância a conveniências pedagógicas e incluindo conteúdos humanísticos, ambientais e de empreendedorismo com o objetivo de garantir adequada formação técnica, ética e inovadora dos profissionais. A FISENGE deve apoiar propostas de tornar o Sistema CONFEA/CREA parte da análise, aprovação e fiscalização de cursos de engenharia e agronomia, na graduação e pós-graduação;

4. Assistência Técnica Pública e Inclusão Social

Valorizar a Engenharia é ampliar o acesso da população aos serviços de Engenharia, Agronomia e Geociências, com subsídios para baixa renda e implementação da Lei 11.888/2008, promovendo assistência técnica gratuita em habitações de interesse social;

5. Valorização Profissional e Carreiras de Estado

Atuar pela valorização dos Profissionais é defender o cumprimento do Salário Mínimo Profissional (e articular sua fiscalização com os CREAs), viabilizando a criação de carreiras de Estado com remuneração diferenciada; de modo a facilitar a inclusão de autônomos e profissionais afastados do mercado, com formação continuada e políticas de reinclusão;

6. Modernização e Revisão da Legislação Profissional

Atuar de forma sistemática junto ao Congresso Nacional e às instâncias governamentais e propor convocar um Congresso Nacional de Profissionais específico para debater e atualizar a Lei 5.194/66 e outras normas, modernizar o Sistema CONFEA/CREAs e fortalecer seu papel público, ético e representativo. A FISENGE deverá dispor de uma assessoria parlamentar em permanente atuação no Congresso Nacional;

7. Apoiar o fortalecimento das Entidades de Classe e Governança

Valorizar a Engenharia é também reivindicar instituir a ART Nacional, apoiar o repasse de 15% das ARTs às Entidades de Classe e Sindicatos, ampliar a representatividade federativa no Plenário do CONFEA e fiscalizar transparência, ética e controle social nas eleições, contas e decisões do Sistema CONFEA/CREA e MÚTUA;

8. Apoiar a criação do Programa "Mais Engenharia"

Disseminar Engenheiros e Agrônomos nas diferentes regiões do Brasil e países parceiros, com foco no planejamento urbano e regional, identificação de oportunidades de desenvolvimento, elaboração de projetos e orçamentos, captação de recursos, condução e fiscalização de obras e demais atividades, com geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida das populações nas mais diversas localidades;

9. Defesa da Indústria e Empresas Nacionais

Valorizar a Engenharia brasileira é priorizar as empresas nacionais na execução de estudos, projetos e obras, fomentar a indústria nacional e defender políticas de conteúdo local em infraestrutura, energia, saneamento, mobilidade e demais áreas de atuação da Engenharia e Agronomia;

10. Sustentabilidade, Resiliência Climática e Regeneração

Valorizar a Engenharia e a Agronomia é promover a agricultura regenerativa, o planejamento urbano verde, a diversificação e a ampliação energética, com foco na mitigação de impactos e adaptação climática, na restauração ambiental, no uso adequado e na democratização do acesso a recursos e potencialidades locais e regionais;

11. Fiscalização Inteligente e Desburocratização

Valorizar a Engenharia é defender o aprimoramento da fiscalização pelos CREAs, observando não somente o exercício como também as atividades profissionais, desburocratizando processos, democratizando o acesso e promovendo inclusão, com revisão de procedimentos para maior eficiência e transparência;

12. Promoção da Equidade e Redução das Desigualdades

Incentivar a equidade social, regional, de gênero, étnica e racial, promovendo políticas e ações que reduzam as desigualdades e ampliem a inclusão dos profissionais em iniciativas governamentais e sociais. A FISENGE e os Sindicatos deverão ampliar o apoio à organização das Engenheiras e Agrônomas e o combate ao feminicídio e aos assédios sexual e moral nos ambientes de trabalho e na sociedade;

13. Integração Internacional e Projeção Global

Reforçar a atuação da FISENGE no cenário internacional e posicionar o Brasil como referência técnica e ética no concerto global das nações.

3. Emergência Climática, Segurança Alimentar e Soberania Nacional

Kleber Santos³

A questão da segurança alimentar e nutricional pode ser compreendida a partir de diferentes dimensões inter-relacionadas: a **oferta**, sobre a capacidade de produção e disponibilidade de alimentos; a **qualidade**, que envolve aspectos nutricionais, sanitários e de segurança dos produtos; a **distribuição** ligada ao acesso e à logística de disponibilização dos alimentos à população; e o **patrimônio genético**, que se refere à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos essenciais para a produção agrícola.

Outra classificação que também fornece boa compreensão está assentada em quatro pilares: a **disponibilidade de alimentos** acerca da oferta de alimentos existentes em uma região ou país, o que depende da produção agrícola, dos estoques, das importações e da eficiência dos sistemas de abastecimento; o **acesso aos alimentos** sobre a capacidade das pessoas de obter alimentos, e que depende do poder econômico (ter renda para comprar), físico (existirem mercados ou canais de distribuição) ou social (não haver discriminação e/ou exclusão); a **utilização ou qualidade nutricional**, a respeito do uso adequado dos alimentos pelo organismo, considerando qualidade nutricional, segurança sanitária, diversidade alimentar, condições de saúde, água potável e práticas de preparo dos alimentos; e a **estabilidade**, acerca da continuidade das três dimensões anteriores ao longo do tempo, ou seja, os alimentos precisam estar disponíveis, acessíveis e adequados de forma constante, sem grandes interrupções causadas por crises econômicas, mudanças climáticas, conflitos ou desastres.

³ Engenheiro Agrônomo, Membro da Academia Brasileira de Ciência Agronômica, ex-presidente da CONFAEAB.

São aspectos conceituais que elucidam o longo alcance da segurança alimentar e nutricional com soberania. Mas de onde vem o termo “segurança” e como chegamos à questão da alimentação?

Por que falar de segurança alimentar e ambiental?

A ideia de segurança está historicamente associada à percepção do risco e à necessidade de proteção. A segurança estaria associada à redução dos riscos ou perigos que podem afetar as pessoas, sociedades ou Estados, como prevenir conflitos, crises econômicas, problemas ambientais ou escassez de recursos. E, mesmo sobre a capacidade de enfrentamento, quando as ameaças não podem ser totalmente evitadas, a segurança também depende da capacidade de responder, resistir e se adaptar a estas ameaças. Isto remete para a origem associada à visão militar, mas também pode valer para a segurança alimentar e nutricional. Esta interpretação pode ser obtida da análise da obra clássica de Buzan (1983), ao afirmar a ampliação da visão de segurança alimentar para segurança política, econômica, social e ambiental.

Também vale citar o *Direito Humano à Alimentação Adequada* previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e que a Segurança Alimentar dialoga com todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, destacando o ODS 1 (erradicação da pobreza); ODS 2 (combate à fome e promoção da agricultura sustentável); ODS 10 (redução das desigualdades sociais); e ODS 13 (combate à mudança do clima). Vivemos em um mundo que precisa ainda mais resgatar o valor do multilateralismo, a questão da segurança alimentar e nutricional que são vitais, inclusive, para a paz (ODS 16).

Observa-se que o conceito de segurança, que originalmente estava ligado sobretudo à dimensão militar, evoluiu para um contexto mais amplo. Nos Estados contemporâneos passou a incorporar uma visão estratégica voltada às condições necessárias para garantir o bem-estar social. Nesse cenário, ganham destaque crescente a segurança alimentar e nutricional e a segurança ambiental. A complexidade da questão ambiental evidencia desafios relacionados aos impactos das mudanças climáticas, ao acesso e à gestão dos recursos naturais. Assim, observa-se atualmente a consolidação de uma nova ordem internacional voltada à governança ambiental, ao combate à mudança

do clima e à perda da biodiversidade, na preocupação com a segurança alimentar e nutricional com soberania.

Emergência climática e segurança alimentar

É evidente o impacto da mudança do clima sobre a produção e qualidade dos alimentos e, portanto, na segurança alimentar e nutricional. Segundo o Relatório Especial de 2019 sobre Mudanças Climáticas e Terra, do grupo de centenas de cientistas reunidos no fórum científico Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) de suporte à Convenção da ONU de Combate à Mudança do Clima, "as mudanças climáticas observadas já estão afetando a segurança alimentar por meio do aumento das temperaturas, da alteração dos padrões de precipitação e da maior frequência de alguns eventos extremos". A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) acrescenta que os extremos climáticos são os principais fatores de insegurança alimentar em todo o mundo – conforme o documento *O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo* (2024); situação que é agravada pelas guerras militares e comerciais, que flagelam a humanidade.

No Brasil, há diversos dados estatísticos que evidenciam o agravamento dos impactos das mudanças climáticas. Entre 2014 e 2023, aproximadamente 177,4 milhões de pessoas foram afetadas, das quais 5,0 milhões diretamente por desastres climatológicos e meteorológicos. Nesse mesmo período, os prejuízos financeiros somaram R\$ 421,3 bilhões, sendo que, em 2023, as perdas econômicas foram dez vezes superiores às registradas em 2003 (BRASIL, 2024).

Entre 2013 e 2022, verificou-se que as precipitações e, especialmente, as estiagens severas impactaram a produção alimentar, com prejuízos de R\$ 287 bilhões, contabilizados em 14.635 decretos municipais sobre anomalias climáticas (CNM, 2023). Os dados relativos ao seguro rural do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) mostram um grande aumento de cobertura de perdas nessa mesma safra (2022), em relação à média de R\$2,2 bilhões dos dois anos anteriores, chegando a R\$5,7 bilhões. Os principais fenômenos climáticos responsáveis pelas perdas foram a seca (79,9%) e as chuvas excessivas (7,5%). Os principais cultivos afetados foram a soja, o

trigo, o feijão e o milho na Região Sul, todos impactados pela seca (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Importantíssimo sublinhar que os impactos climáticos afetam muito mais fortemente as comunidades vulneráveis, incluindo pequenos e agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos indígenas e populações com menos acesso a recursos tecnológicos e financeiros. Por isso, é preciso incorporar a *Justiça Climática* nas políticas.

As preocupações reforçadas pelas evidências científicas e o compromisso pela implementação do Acordo de Paris induziram a construção, pelo Governo Federal, do Plano Nacional sobre Mudança do Clima 2024-2035, que é uma política pública que estabelece metas e diretrizes de curto, médio e longo prazos visando à transição para economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 e à adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima.

O Plano Clima teve o conjunto de documentos e ações aprovado na Reunião do Conselho Interministerial sobre Mudança do Clima, dia 16 de março de 2026. Composto pela Estratégia Nacional de Adaptação (16 planos setoriais), Estratégia Nacional de Mitigação (8 planos setoriais) e 5 Estratégias Transversais (Transição Justa e Justiça Climática; Mulheres e Clima; Meios de Implementação; Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência; e Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação). Resultado de amplo processo participativo, agora entra na fase de implementação e realça a questão da diferença entre políticas de Estado versus políticas de governo. Porque, tal qual a crise climática, o Plano foi concebido em pilares permanentes nos diversos setores.

A produção de alimentos, agroecologia e sistemas produtivos sustentáveis

Na década de 1970, o Estado brasileiro, com forte aparato estatal, implantou uma política conhecida por Revolução Verde que, basicamente, consistiu na integração entre agricultura e indústria. Tecnologias baseadas em insumos industriais foram impostas aos agricultores familiares, como cultivares híbridas, sementes de intenso melhoramento genético, pesticidas, fertilizantes à base de produtos químicos e mecanização agrícola.

As tecnologias da Revolução Verde impulsionaram a produção agrícola, mas também causaram a expulsão do campo de agricultores familiares e outros segmentos de produtores rurais que não se adaptaram ao uso de insumos de origem industrial, estranhos à cultura e às condições ambientais locais.

A imposição de técnicas geradas em ambientes estranhos às comunidades locais causou a ruptura das sociedades rurais, com impactos negativos nas culturas locais. Teve também sérias consequências ambientais, como erosão do solo (devido ao uso de tecnologias de países temperados, não apropriadas às condições dos solos tropicais), poluição (principalmente da água e do solo), uso excessivo de pesticidas e fertilizantes minerais, perda de biodiversidade, entre outros danos.

O desafio de combater a fome persiste. Dados da FAO sobre a necessidade crescente de produção de alimentos apontam que, em 2050, a população será de mais de 9 bilhões de pessoas (70% urbana, com maior nível de renda), sendo que a produção de alimentos terá que aumentar em 70%.

Diante das perspectivas para a questão ambiental, com escassez dos recursos naturais, emergências climáticas, perda da biodiversidade, além da poluição, é preciso alertar: cuidar do meio ambiente é essencial para a segurança alimentar.

A problemática socioambiental gerou uma forte reação dos movimentos sociais, com reflexos nas políticas governamentais. Assim, há um processo crescente de valorização do conhecimento ambiental produzido por gerações de agricultores familiares e comunidades tradicionais que aprimoraram as tecnologias de uso da terra ao longo do tempo. As políticas governamentais, por meio da assistência técnica e extensão rural, buscam incentivar projetos com base agroecológica adaptados à realidade cultural dos agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Também há de se reconhecer o fato de que o Brasil passou de importador de alimentos para um verdadeiro celeiro do mundo, contribuindo para o aumento da oferta e para o barateamento dos preços da comida. Isto também é política social. Do ponto de vista ambiental, cabe mencionar que a produtividade agropecuária crescente com sustentabilidade, reduz significativamente a pressão por desmatamento, mesmo legal. O Brasil está entre os cinco maiores produtores de alimentos no mundo e com mais de 60% das florestas preservadas. O avanço tecnológico pela produtividade reflete o papel e o

desempenho dos profissionais nas diversas áreas, seja na pesquisa, ensino, assistência técnica e extensão rural, defesa agropecuária etc.

O grande desafio para o profissional do setor agropecuário é **produzir mais com menos**, atendendo à crescente demanda por alimentos, fibras e energia, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância da geração de serviços ambientais. Para isso, é necessário trabalhar sob a concepção do **agroecossistema**, considerando a produção de forma integrada com a natureza. Essa abordagem exige também pensar a agricultura a partir dos **biomas e dos ecossistemas**, buscando sistemas produtivos mais sustentáveis e equilibrados.

A agroecologia é a abordagem basilar como solução para sistemas resilientes, seja nos processos produtivos que incorporam bases agroecológicas (produção integrada, plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta) ou na produção orgânica.

Outro gargalo tem a ver com os insumos. A agricultura brasileira ainda depende de boa parte de fertilizantes e pesticidas importados. A vulnerabilidade geopolítica fica evidente, como demonstram as guerras na Ucrânia e no Irã, afetando fontes de recursos minerais e rotas de comércio internacional. Precisamos ter atenção para o mais importante: a questão ambiental e a soberania para fabricação de insumos adaptados às condições tropicais, o que coloca a questão dos bioinsumos.

Temos história com uso de microrganismos, daí o tradicional prêmio do CREA-RJ em nome da Engenheira Agrônoma Johanna Döbereiner (1924-2000), que foi pioneira na biologia do solo, e liderou as pesquisas no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas – precursor da Embrapa Agrobiologia.

Felizmente estamos avançando nas pesquisas e aplicação nas lavouras e criações, mas precisamos acelerar ainda mais para proporcionar suporte ao agricultor e à sustentabilidade da Agricultura. O papel dos profissionais é decisivo pela capacidade e conhecimento técnico.

Relação entre a questão agrária e o desmatamento

A questão do direito de posse da terra é altamente impactante para o desenvolvimento de todo país. A regularização fundiária precisa ser prioridade do Brasil, cujas dimensões continentais refletem-se em muitas terras públicas, suscetíveis à ocupação desordenada. As instituições têm papel muito importante na definição de direitos fundiários, na regularização fundiária, o que impacta diretamente o padrão e as possibilidades de desenvolvimento.

O País tem várias instituições envolvidas na gestão agrária. A administração fundiária brasileira envolve um conjunto de instituições, tanto em nível federal (a exemplo do Incra, Receita Federal, Secretaria de Patrimônio da União, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio) como também estaduais e municipais (Institutos Estaduais de Terras, Cartórios de Registros de Imóveis, entre outros). Embora estas instituições tenham papéis distintos, é necessária a efetiva integração visando efeitos sinérgicos de política fundiária, com compartilhamento de informações e governança na questão fundiária mais eficaz e com efetividade.

A questão agrária está diretamente relacionada com o desmatamento, devido ao crime da grilagem de terras e expansão desordenada de atividades econômicas. Por sua vez, a mudança do uso do solo, fortemente relacionada ao desmatamento, é considerada a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa (CO₂, CH₄, N₂O, CO ...) – conforme dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

É fato que o desmatamento é provocado por diversas causas. Documento basilar do Plano Clima do Governo Federal (Brasil, 2026) cita que “a crescente pressão antrópica sobre os biomas reflete um padrão histórico de desmatamento e degradação ambiental impulsionado por atividades econômicas legais e ilegais, como a expansão agropecuária e urbana, a extração ilegal de madeira, os garimpos, os incêndios em vegetação nativa e plantada, a pesca industrial, as atividades portuárias e a exploração de petróleo e gás, que colocam em risco a integridade ecológica e a capacidade de resiliência dos ecossistemas nacionais, tornando-os ainda mais vulneráveis aos efeitos da mudança do clima”.

Conforme este documento, “(...) Diante do aumento do desmatamento, em 2004, o Brasil instituiu o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), um marco na política de controle do desmatamento do país (Brasil, 2004). Após um período de descontinuidade entre 2019 e 2023, que resultou em

altas taxas de desmatamento, o plano foi retomado em 2023, contribuindo para uma redução acumulada de 46% do desmatamento na Amazônia em 2024 (Brasil, 2023; INPE, 2024)”.

Portanto, a redução do desmatamento é fator crucial para a sustentabilidade, inclusive econômica do país, e deve envolver diversos setores. No caso da agropecuária, o combate ao desmatamento está também diretamente correlacionado ao desenvolvimento dinâmico do setor, com ganhos de produtividade e adoção de tecnologias sustentáveis. O fortalecimento dessas cadeias produtivas deve seguir lógica contrária ao desmatamento, tanto no abastecimento interno quanto na exportação para mercados que valorizam produtos sob rastreabilidade.

Atuação do Estado e programas governamentais

A política de segurança alimentar e nutricional demanda forte atuação do Estado brasileiro como agente indutor de processos produtivos sustentáveis para garantir acesso das pessoas, principalmente das populações carentes, aos alimentos de qualidade e com segurança sanitária.

Diversas políticas públicas tem se somado nesta direção respondendo, inclusive, a demandas apresentadas por meio de um processo de ampliação da participação social (vide o resgate de várias Conferências pelo Governo Federal, inclusive a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional).

Vários instrumentos e programas governamentais, respaldados por marcos legais, fornecem diretrizes e apoio para o enfrentamento dos desafios decorrentes da mudança do clima e a promoção da segurança alimentar e nutricional. A título de exemplo, citamos: a Política Nacional sobre Mudança do Clima - Lei nº 12.187/2009; o Plano Nacional sobre Mudança do Clima 2024-2035; a Política Agrícola - Lei nº 8.171/1991; o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (Plano ABC/ABC+); o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR); o Código Florestal - Lei nº 12.651/2012; a Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária; o Programa de Bioinsumos - Decreto nº 10.375/2020; o Programa de Defesa

Agropecuária; o Plano Safra; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); o Fundo Clima como instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima; o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC); o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD); o Programa e Plataforma Agro Brasil + Sustentável; a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei nº 11.346/2006); o Programa Brasil Sem Fome; o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III PlanSan); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No triênio de 2022 a 2024, o Brasil registrou, em média, menos de 2,5% da população em situação de subalimentação, segundo o relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI) 2025*, elaborado por agências da ONU. Esse resultado significa que o país voltou a sair do Mapa da Fome, conforme o critério da FAO. Trata-se de uma retomada relevante: após ter deixado o Mapa em 2014, o Brasil retornou a esta condição em 2021, influenciado por mudanças nas políticas públicas e pelos impactos da pandemia de COVID-19. A reversão recente é reflexo de políticas governamentais. Os dados de insegurança alimentar grave reforçam esse avanço, com redução de 6,6% para 3,4% entre os triênios 2020-2022 e 2021-2023, o que representa cerca de 7 milhões de pessoas que deixaram essa situação.

O resultado está diretamente associado à retomada e ao fortalecimento de políticas públicas desde 2023, como a reativação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com ampla participação social. Medidas como a ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos, o fortalecimento da alimentação escolar e o apoio à produção agrícola sustentável foram fundamentais; assim como a combinação entre transferência de renda e inclusão produtiva. A renda do trabalho dos mais pobres cresceu significativamente, e a maior parte dos empregos formais criados foi ocupada por pessoas do Cadastro Único, contribuindo para a saída voluntária de pessoas do Bolsa Família. Ao mesmo tempo, é preciso registrar o papel da Agricultura, inclusive de políticas de Estado consolidadas ao longo do tempo, como o Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), iniciado em

2010, que envolve todos os segmentos de produtores rurais, visando à expansão de sistemas produtivos resilientes com geração de renda.

Apesar dos avanços, permanecem desafios importantes, especialmente na melhoria da qualidade da alimentação, já que o custo de uma dieta saudável no país ainda se mantém acima da média global; além de outras lacunas que precisam de muita atenção, a exemplo do combate às perdas e desperdícios de alimentos e a necessidade de armazenagem e fortalecimento de política de estoques reguladores.

A Amazônia

A realização da COP 30 em Belém (PA) proporcionou visibilidade para populações e comunidades amazônicas – modo de vida e necessidades principalmente de pequenos produtores, comunidades tradicionais, povos indígenas. Na floresta, tem gente que clama por políticas públicas de bem-estar social combinadas à atenção mundial de preservação da maior floresta equatorial. As mudanças climáticas atingem em cheio o imenso bioma responsável por impactos ampliados sobre diversas outras regiões – vide os chamados “rios voadores”.

Mas a imensidão da Amazônia desafia os formuladores de políticas públicas a dialogar com seus habitantes e entender uma região que apresenta singularidades que precisam ser consideradas nas políticas públicas. Teses desenvolvidas por brasileiros, há muito tempo, vêm sendo devidamente reconhecidas.

A frase "o sucesso do extrativismo é sua sentença de morte" é conhecida como referência da principal tese do Engenheiro Agrônomo Alfredo Kingo Oyama Homma, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, que descreve a dinâmica econômica na Amazônia e defende o apoio para atividades permanentes, adaptadas e resilientes. Isto porque “quando um produto extrativo (coletado da floresta) se torna muito popular e demandado, o aumento de preços incentiva a intensificação da coleta, o que gera o esgotamento do recurso natural e força sua substituição por plantios domesticados (agricultura) ou por produtos sintéticos”. Ocorre que este processo de agregação de valor muitas vezes (e historicamente) é observado fora da Amazônia, com produtos nativos da região.

Outra tese muito citada na atualidade é o trabalho da Geógrafa Bertha Becker que inova sobre a ideia de que a Amazônia seria imensa floresta urbana. Fato comprovado ao longo dos anos pela urbanização crescente em termos de crescimento das cidades (a Amazônia teria cerca de 70% da população vivendo em cidades, com destaque para as capitais). De modo que núcleos de povoamento, pessoas que vivem nas áreas rurais, dependem fortemente da infraestrutura das cidades, sendo que se observa forte migração intrarregional. Ou seja, é reflexo de carência de atenção básica à educação, saúde, além da falta de base estruturante nos processos produtivos, em que existe alto grau de informalidade nos empregos.

É preciso destacar que o olhar internacional sobre a Amazônia não exclui os dilemas socioambientais de outros biomas. No caso do Brasil, mesmo em Belém, o mundo conheceu a megadiversidade e heterogeneidade de um Brasil que também tem o Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa, Pantanal.

A realização da COP30 sob a presidência do Brasil trouxe para o debate mundial questões centrais na América do Sul como a própria segurança alimentar e nutricional, e discutiu os impactos das mudanças climáticas que afetam de forma mais drásticas àqueles que vivem e obtêm sustento diretamente da terra.

Enquanto nação que prima pelo multilateralismo, o Brasil avançou na discussão da cooperação internacional, liderou propostas de financiamento aos países em desenvolvimento e de narrativas para a conservação das florestas e recuperação de áreas degradadas e trouxe reflexão sobre a necessidade de políticas públicas para promoção de sistemas alimentares sustentáveis e alimentação saudável.

Agora, é preciso persistir, mesmo com um mundo mergulhado em conflitos provocados por ambições imperialistas e agressões ao multilateralismo com questionamentos sobre o papel da ONU. É preciso intensificar o debate da segurança alimentar e nutricional como agenda central para cumprimento do Acordo de Paris da Convenção das Nações Unidas de Combate à Mudança Climática, mais o Marco Global da Biodiversidade, entre outros tratados internacionais.

Sugestões de propostas para ação

- Trabalhar projetos político-pedagógicos nas instituições de ensino para formação de profissionais com capacidade de atuação sistêmica, eclética e holística na política de segurança alimentar e nutricional, considerando os diversos elos do sistema alimentar;
- Apoiar o fortalecimento da política de regularização fundiária, com integração entre diversas instituições envolvidas com a Administração pública fundiária;
- Participar e interagir com os programas governamentais visando à consolidação de políticas de Estado, condizentes com o desafio da promoção da segurança alimentar e do combate à mudança climática, de modo a perdurar nos sucessivos governos e com estrutura para atuação forte do serviço público.
- Valorizar o papel dos profissionais nas soluções tecnológicas de enfrentamento à mudança climática, inclusive no âmbito do Plano Clima (Adaptação e Mitigação) do Governo Federal.
- Incentivar a atuação dos profissionais no desenvolvimento tecnológico da Bioeconomia, inclusive dos bioinsumos, visando à expansão de sistemas produtivos sustentáveis, considerando as singularidades dos diferentes biomas brasileiros.
- Na Amazônia e outros Biomas, incentivar processos estruturantes de produção, com base na economia solidária e circular, integrados ao combate do desmatamento.
- No âmbito internacional, valorizar o multilateralismo, incentivar a cooperação internacional na busca de sinergias, respeitada a soberania entre países.

Referências Bibliográficas

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas - Volume 2, Dezembro 2022. Brasília, DF: CB, 2022.
- BECKER, B. K. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, (Org.). Brazilian perspectives on sustainable development on the amazon region. Paris: Unesco e Parthenon Publish Group Limited, 1995, p.53-89.

- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. Atlas Digital de Desastres no Brasil. Brasília: MIDR, 2024. Disponível em: <http://atlasdigital.mdr.gov.br>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025-2027). Brasília-DF: CAISAN : SISAN, 2025. 158 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano Clima Mitigação [recurso eletrônico] : plano setorial de mudanças do uso da terra em áreas públicas e territórios coletivos. Brasília, DF : MMA : MCTI : MDA : CC/PR, 2026. 185 p. : il. color.
- BUZAN, B. People, states and fear: the national security problem in international relations. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Estimativas de prejuízos na agropecuária causados por eventos climáticos extremos no Brasil (2013-2022). Brasília: CNM; Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (S2ID/Midr), 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Estudos_tecnicos/202305_ET_DRURAL_Pr_ejuizos_Agropecuaria_Ultimos_10_Anos.pdf. Acesso em: 28/3/2026
- FAO. How to feed the world in 2050. Rome: FAO, 2009
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. 2024.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2025. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 – Addressing high food price inflation for food security and nutrition. Rome. <https://doi.org/10.4060/cd6008en>. 2025
- HOFFMAN, R. e NET, M. G . Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas, Brasília: IPEA, p. 45-64, 2010.
- HOMMA, A. K. O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 12, n. 2, p. 251–255, 1982.

- IPCC. Special Report: Special Report on Climate Change and Land: Food Security. Chapter 5: Food Security — Special Report on Climate Change and Land. 2019.
- NAVARRO, Z. Expropriating land in Brazil: principles and practices. In: Agricultural land redistribution: toward greater consensus. Washington: The World Bank, p. 267-88, 2009.
- REYDON, B. P. B. Governança de terras e a questão agrária no Brasil. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M da; NAVARRO, Z. (org.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília-DF: Embrapa, 2014.
- Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). <https://seeg.eco.br/dados>. Acesso em: 28/3/2026.
- UNITED NATIONS. The future we want: outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20). Rio de Janeiro: United Nations, 2012.

4. O Projeto Nacional de Desenvolvimento: industrialização, crise, neoliberalismo e reconstrução

Jorge Bittar⁴

A trajetória do desenvolvimento brasileiro ao longo do século XX e início do século XXI é marcada por avanços, rupturas e disputas de projetos. Desde a Revolução de 1930, o país passou de uma economia essencialmente agrária e de uma estrutura política oligárquica para uma nação que construiu uma base industrial relevante, ainda que de forma desigual e incompleta. O atual debate sobre um Projeto Nacional de Desenvolvimento só pode ser compreendido à luz dessa trajetória histórica.

1. O processo de industrialização brasileira

A Revolução de 1930 representou uma inflexão decisiva na história econômica e política do Brasil. Ao romper com o domínio das oligarquias estaduais e com o modelo primário-exportador, Getúlio Vargas inaugurou um projeto nacional de desenvolvimento assentado na centralização do poder na União, no fortalecimento do Estado e na industrialização como eixo estratégico. Esse projeto se materializou por meio de reformas institucionais, do planejamento econômico, da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da organização dos sindicatos e das profissões sob a tutela do Estado.

O projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro foi formulado, ao longo de anos, por um grupo diverso de economistas, intelectuais e políticos, como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Romulo Almeida e Maria da Conceição Tavares, dentre outros. Ele baseou-se na industrialização por meio da substituição das importações, na intervenção estatal e no

⁴ Engenheiro Eletrônico formado pelo ITA, foi funcionário da Embratel por 21 anos, vereador por dois mandatos no Rio de Janeiro e deputado federal por quatro mandatos. Também foi Secretário Estadual de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro e Secretário Municipal de Habitação. Atualmente é assessor da presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

planejamento econômico. E foi respaldado politicamente, na democracia populista, por uma coalizão sociopolítica e político-institucional entre agentes do Estado, empresariado industrial e trabalhadores urbanos, que, no plano partidário, expressava-se na aliança PSD-PTB.

No campo produtivo, foram lançadas bases estruturantes da industrialização com a criação de empresas e instituições estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Eletrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, depois BNDES), a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tratava-se de um projeto explícito de construção da soberania nacional, com forte protagonismo estatal.

Esse processo foi acelerado durante o governo Juscelino Kubitschek, cujo Plano de Metas priorizou energia, transportes, indústria, educação e alimentação. A industrialização avançou mediante incentivos fiscais, crédito público, investimentos em infraestrutura e abertura controlada ao capital estrangeiro. Como resultado, a produção industrial cresceu cerca de 80% no período, consolidando setores como o automobilístico e o de bens de consumo duráveis.

O governo João Goulart buscou aprofundar esse caminho, articulando industrialização com justiça social. As reformas de base — agrária, urbana, educacional, fiscal e financeira — pretendiam enfrentar as profundas desigualdades sociais e regionais. Projetada em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas, a Eletrobras enfrentou sete anos de tramitação no Congresso e foi criada efetivamente no governo João Goulart, em 1962.

A intensa mobilização sindical e popular em torno dessas reformas foi violentamente interrompida pelo golpe militar-empresarial de 1964, cujo objetivo central foi abortar esse projeto de transformação.

Durante os governos militares, a industrialização seguiu avançando, mas sob um arranjo político e econômico autoritário, que excluiu os trabalhadores. Houve aceleração das desigualdades sociais, maior abertura ao capital estrangeiro, aprofundamento da substituição de importações e grandes investimentos estatais em infraestrutura — energia, transportes e telecomunicações. Nesse período foram criadas instituições fundamentais como a Embratel, a Telebras, a Finep (1967) e a Embrapa (1973). Contudo, grande parte

desses investimentos foi financiado por endividamento externo, a taxas de juros flutuantes.

O crescimento econômico ocorrido sob forte arrocho salarial e repressão política resultou em intensa concentração de renda e aprofundamento das desigualdades sociais. Ainda assim, ao final dos anos 1970, apesar da crise da dívida, o Brasil possuía uma indústria relativamente completa para os padrões da época, a ponto de a China, então uma economia predominantemente agrária, enviar missões ao país para estudar o processo brasileiro de industrialização.

2. O final da ditadura e a crise da dívida externa nos anos 1980

A dívida externa, que havia financiado o crescimento das décadas anteriores, tornou-se um grave entrave nos anos 1980. Contraída majoritariamente a taxas flutuantes, ela explodiu quando o Banco Central dos Estados Unidos elevou drasticamente os juros, no final dos anos 1970, para conter a inflação decorrente dos choques do petróleo. Esse movimento elevou exponencialmente o serviço da dívida brasileira, já pressionada pelo aumento das importações de petróleo, e levou o país à recessão.

O socorro do país pelo Fundo Monetário Internacional resultou em severos ajustes fiscais, controles salariais e compressão da demanda, aprofundando a recessão. A chamada “década perdida” foi marcada por baixo crescimento, alta inflação e deterioração social. Essa foi a herança da ditadura militar.

A crise das divisas estrangeiras só começou a ser equacionada com o *Plano Brady*, lançado em 1989, que permitiu a reestruturação da dívida externa na primeira metade dos anos 1990.

3. A adesão ao projeto neoliberal nos anos 1990

Os anos 1990 marcaram uma ruptura com o desenvolvimentismo e a adesão explícita e intensa ao projeto neoliberal, implementado pelos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e, sobretudo, de Fernando Henrique Cardoso. Esse período foi caracterizado por políticas de desregulamentação econômica e financeira, privatizações de empresas estratégicas como a CSN, a Vale e a Telebras, austeridade fiscal e monetária e pela redução do papel de indução econômica do Estado.

A indústria nacional foi duramente afetada pela abertura comercial, caracterizada por forte redução de tarifas, combinada à valorização cambial. Esse arranjo reduziu exportações, aumentou importações e enfraqueceu o parque industrial, ao mesmo tempo em que houve retração dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

O Plano Real conteve o processo inflacionário, mas a política de juros elevados, adotada para atrair capitais externos e sustentar a âncora cambial do Plano Real, transformou-se em uma política permanente do Banco Central, elevando os custos da dívida pública e comprimindo os gastos sociais, ambientais e de investimento público.

O resultado foi um intenso processo de desindustrialização: a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 27% em 1985 para apenas 14% em 2002, ao final do governo FHC.

4. Os governos Lula I e II

Os governos Lula representaram uma inflexão importante, combinando crescimento econômico, políticas sociais robustas e retomada do fomento científico, tecnológico e industrial. Foram implementadas iniciativas como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008. O BNDES e os outros bancos públicos ampliaram significativamente o crédito para investimentos e setores estratégicos — como fármacos, software e bens de capital — foram estimulados. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) intensificou os investimentos em infraestrutura econômica, ao lado de programas urbanos como o Minha Casa Minha Vida e investimentos em saneamento e mobilidade, contribuindo para o ambiente de investimentos públicos e privados e para o crescimento econômico e a geração de empregos de qualidade.

Programas sociais intensos na educação – FUNDEB, universidades públicas e Institutos Federais de Educação Tecnológica, fortalecimento do SUS, elevação do valor real do salário mínimo e o Bolsa Família são exemplos do enorme impacto social dos governos Lula.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário fortaleceu a agricultura familiar, o Plano Safra para a pequena agricultura, a assistência técnica e a reforma agrária. A

Embrapa voltou a desenvolver pesquisa e tecnologia com vigor, apoiando a agricultura familiar e o agronegócio.

Marcos legais como a Lei do Bem, a Lei de Informática e a Lei da Inovação fortaleceram o ambiente de inovação. A Finep passou a operar de forma consistente os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e a Petrobras adotou políticas de conteúdo local, impulsionando cadeias produtivas nacionais.

Como resultado, a indústria de transformação recuperou parcialmente a participação no PIB, passando de 14% para cerca de 18%.

Entretanto, estava em curso mundialmente a concentração da manufatura em alguns países e as políticas desenvolvidas aqui não foram suficientes para evitar a redução da manufatura no Brasil, pois a indústria nacional enfrentou crescente concorrência de produtos importados da China e do Leste Asiático, extremamente competitivos em preço. A crise financeira internacional de 2008 agravou esse quadro. Embora os estímulos fiscais do governo tenham evitado uma recessão imediata, o ambiente internacional adverso afetou significativamente o setor produtivo.

5. O governo Dilma

No governo Dilma Rousseff, a política industrial foi estruturada em torno do Plano Inova Empresa (PIE), integrado ao Plano Brasil Maior. O objetivo central era ampliar a competitividade industrial por meio de estímulos robustos à ciência, tecnologia e inovação, utilizando crédito subsidiado, subvenções econômicas e participação acionária. O PIE foi direcionado a áreas estratégicas como saúde, óleo e gás, agroindústria, energia e meio ambiente. Os programas de infraestrutura econômica e urbana foram mantidos e ampliados, assim como os programas sociais e ambientais.

Contudo, o plano enfrentou obstáculos relevantes, como a inflação, a valorização cambial e problemas fiscais decorrentes do elevado volume de desonerações. Aproveitando-se das dificuldades econômicas conjunturais, a direita articulou, com o apoio da Operação Lava Jato, o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma, interrompendo abruptamente esse projeto.

6. Avanços sociais nos governos Lula e Dilma

➤ **Redução da pobreza e da desigualdade**

Os governos Lula e Dilma promoveram uma ampla agenda de inclusão social baseada na combinação de transferência de renda, valorização do salário mínimo, expansão do crédito e aumento do emprego formal. Cerca de 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, fortemente impulsionadas pelo Bolsa Família, geração de emprego, incentivos à agricultura familiar e políticas de desenvolvimento regional. Adicionalmente, 42 milhões de brasileiros ascenderam à classe C de consumo, resultado direto da ampliação de renda e acesso ao consumo.

➤ **Expansão das políticas de assistência social**

Criação e consolidação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, que alcançou cerca de 20 milhões de atendimentos mensais em mais de 18 mil unidades. Prioridade à transferência de renda aos mais pobres, considerada o traço mais marcante da política social do período.

➤ **Valorização do salário mínimo e aumento do poder de compra**

Reajustes reais significativos do salário mínimo contribuíram para elevar a renda das famílias trabalhadoras e reduzir a desigualdade.

➤ **Avanços em educação e acesso ao ensino superior**

Os governos Lula e Dilma expandiram fortemente o acesso à educação, especialmente no ensino superior. Merecem destaque o fortalecimento da educação básica pelo FUNDEB, a grande expansão do ensino técnico através dos Institutos Federais, a criação do PROUNI, oferecendo bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas para estudantes de baixa renda e os investimentos na criação de universidades públicas e ampliação de vagas no ensino superior, visando democratizar o acesso.

➤ **Grande expansão e fortalecimento do SUS**

Os governos Lula e Dilma foram marcados por uma expansão significativa do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na universalização do acesso, atenção básica e ampliação de serviços especializados. As principais conquistas incluíram

o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, a criação de programas de acesso a medicamentos, saúde bucal e a valorização da Atenção Básica.

➤ **Políticas de igualdade racial**

Durante os mandatos presidenciais petistas, houve avanços importantes no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, como a implementação e fortalecimento de ações afirmativas na educação, alinhadas às discussões internacionais, como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, o reconhecimento da necessidade de punir e combater a discriminação racial e a criação de políticas educacionais voltadas à inclusão de populações negras.

➤ **Políticas de desenvolvimento social e institucional**

Os governos Lula e Dilma deixaram legados estruturantes:

- Grandes avanços nas políticas sociais.
- Ampliação da democratização da cultura, especialmente via acesso à educação.
- Construção de arranjos institucionais desenvolvimentistas, integrando Estado e sociedade civil em políticas sociais e socioeconômicas. Exemplo desses arranjos foi a instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, incorporando representações empresários, trabalhadores e movimentos sociais, para a pactuação de programas e ações para o desenvolvimento.

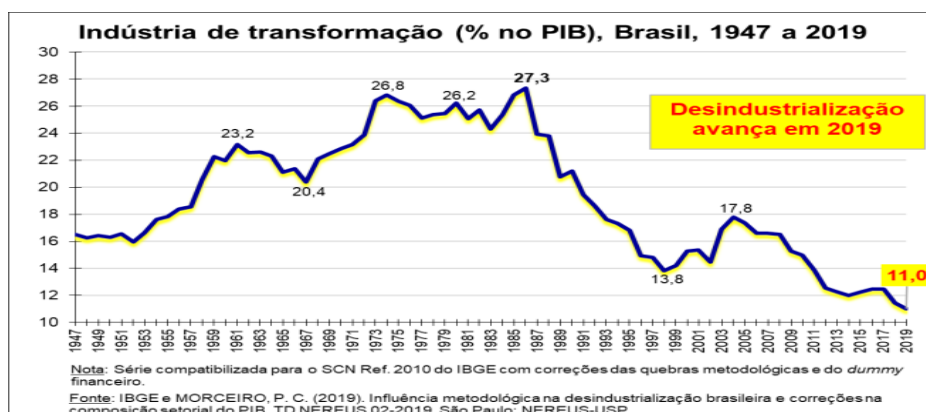
7. A radicalização neoliberal de Temer e Bolsonaro

O golpe de 2016 e a perseguição ao PT e a Lula, sobretudo através da operação Lava Jato, abriram caminho para a aplicação radical do receituário neoliberal. Os governos Temer e Bolsonaro fortaleceram o rentismo, promoveram privatizações, instituíram o teto de gastos, comprimiram severamente os gastos sociais e ambientais, desregulamentaram o mercado de trabalho, reduziram drasticamente os investimentos em ciência, tecnologia e inovação e interromperam a política industrial. Em seu lugar, passaram a defender as chamadas “políticas horizontais”, que, na prática, significaram ausência de estratégia produtiva.

A política de óleo e gás foi profundamente alterada para pior. A bacia petrolífera do pré-sal, antes explorada exclusivamente através do regime de partilha sob o comando do Estado, passou a receber as multinacionais do setor sob o regime de concessão dos

campos petrolíferos. A Petrobras teve o seu papel reduzido a uma coadjuvante da política de óleo e gás, deixando de exigir conteúdo local na aquisição de equipamentos e serviços, suprimindo os seus investimentos em refino e se desfazendo de ativos estratégicos como refinarias e a produção de fertilizantes. Dessa forma, a empresa abandonou o seu papel estratégico para a soberania energética e passou a privilegiar apenas a geração de valor para beneficiar investidores através da maximização de dividendos.

Os resultados foram a elevação das desigualdades sociais, o retorno do Brasil ao mapa da fome e a intensificação da desindustrialização, com a participação da indústria no PIB caindo para cerca de 11%, aprofundando a dependência externa e a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira, que passou também por um processo de reprimarização.



8. Governo Lula III: reconstrução e bases para um novo projeto nacional

Diante do desmonte do Estado e do aumento da crise social, o terceiro governo Lula tem representado um esforço de reconstrução do Estado e de lançamento das bases para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Houve a recuperação e ampliação dos programas sociais — como Bolsa Família, valorização do salário mínimo, saúde, educação e o programa Pé-de-Meia — com impactos expressivos na redução da pobreza. Entre 2023 e 2024, 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza e 1,9 milhão da extrema pobreza, e o Brasil novamente saiu do mapa da fome da ONU.

A educação e a saúde voltaram a ter o merecido destaque nas políticas públicas, financiamento crescente, incorporação da inovação tecnológica, planejamento, gestão

participativa e busca da integração com estados e municípios, no caminho para a universalização e a qualidade.

No campo produtivo, destaca-se a Nova Indústria Brasil (NIB), organizada por missões estratégicas, com foco em empresas de base tecnológica, inovação e sustentabilidade ambiental. Ao considerar a soma de recursos públicos e anúncios do setor privado, o governo projeta uma mobilização, até 2026, de R\$ 3,4 trilhões em investimentos para a neointustrialização. O Novo PAC, com previsão de R\$ 1,7 trilhão em investimentos, prioriza infraestrutura econômica e social — transportes, energia, telecomunicações, saúde, educação, saneamento, habitação e contenção de encostas.

O Plano de Transformação Ecológica (PTE – Novo Brasil) busca posicionar o país como líder global em tecnologias de baixo carbono. A Secretaria de Política Econômica mapeou R\$ 473 bilhões em investimentos potenciais, com impacto estimado de até 3% no PIB até 2026. O fortalecimento do BNDES, da Finep (FNDCT), do BNB e do BASA, somado a uma política externa ativa — BRICS, Mercosul–UE, COP 30 e relações com os EUA — reforçam essa estratégia.

A Embrapa, a recriação do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), o fomento à agricultura familiar, o agronegócio, o financiamento através dos planos safras e o estímulo à agricultura regenerativa conformam um sistema que garante segurança alimentar e fortalecimento da pauta de exportações.

Do ponto de vista macroeconômico, as metas fiscais foram cumpridas em 2023, 2024 e 2025, embora persista a crítica à ortodoxia do Banco Central na manutenção de juros elevados, fato que limita muito o investimento público e as parcerias público/privadas. A reforma tributária introduz um novo sistema de IVA (IBS e CBS), amplia a progressividade do Imposto de Renda, isenta rendas mais baixas, tributa altas rendas, lucros e dividendos e inclui a tributação de apostas eletrônicas.

Estão lançadas as bases para um novo caminho de desenvolvimento!

9. O Projeto Nacional de Desenvolvimento - PND

As ações de reconstrução implementadas no governo Lula III lançam as bases iniciais para um novo ciclo de desenvolvimento, mas seu avanço e consolidação exige **enfrentar a hegemonia do capital financeiro**, que, acima de tudo, ao impor as ortodoxias fiscal e monetária, subordina o desenvolvimento produtivo e social aos interesses rentistas. Isso requer a construção de um **pacto nacional pelo desenvolvimento de longo prazo**, capaz de alinhar Estado, empresários do setor produtivo, trabalhadores, movimentos sociais, comunidade científica e sociedade civil em torno de objetivos comuns. Na verdade, projeto e pacto (coalizão, aliança) compõem dois pilares fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento, que é um processo fundamentalmente político.

Somente com um **pacto político pelo desenvolvimento** socialmente justo e ambientalmente sustentável, haverá condições de superar o rentismo e a visão elitista e neocolonialista da extrema direita, estabelecer um projeto nacional de longo prazo que assegure a continuidade de programas e ações estruturantes. A vitória eleitoral do presidente Lula em 2026 é um imperativo estratégico e deve ter o significado de inaugurar um novo período histórico para a nação brasileira.

O Projeto Nacional de Desenvolvimento não é apenas um conjunto de políticas públicas setoriais, mas uma **estratégia de longo prazo** para reconstruir a soberania econômica, reduzir desigualdades sociais e regionais, enfrentar o desafio climático e inserir o Brasil de forma ativa e competitiva na nova economia global. A história recente demonstra que países que alcançaram desenvolvimento sustentado o fizeram por meio de **Estados fortes, planejadores e indutores do investimento**, respaldados em alianças entre atores sociais e políticos, que articulam mercado, política industrial, ciência e tecnologia, políticas sociais, sustentabilidade ambiental e integração internacional soberana.

O **cenário internacional**, marcado por profundas mudanças geopolíticas, com a ascensão da China, o declínio do império norte-americano, o questionamento do dólar como única referência monetária internacional e a decorrente fragilização do mundo unipolar, oferece uma janela de oportunidades para que países em desenvolvimento, como o Brasil, afirmem o seu projeto nacional soberano.

O Brasil tem dimensões continentais, população de 213 milhões de habitantes, grande extensão de terras agricultáveis, grande reserva de minerais críticos, a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do planeta, sistema de CT&I de bom nível e economia entre as dez maiores do mundo. São elementos fundamentais para afirmar um projeto de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

9.1 Um Estado forte, democrático e planejador

A experiência histórica brasileira e internacional demonstra que o desenvolvimento econômico exige um **Estado democrático com capacidade de planejamento, coordenação e execução**, dotado de instrumentos fiscais, financeiros, regulatórios e institucionais. Esse Estado deve ser democrático, transparente e orientado ao interesse público, capaz de induzir investimentos privados, reduzir incertezas e coordenar esforços em torno de projetos estruturantes.

A relação entre **Estado e mercado** deve ser **virtuosa e complementar**. Ao Estado cabe definir prioridades estratégicas, planejar e coordenar, estruturar políticas industriais e tecnológicas, mobilizar financiamento de longo prazo e utilizar instrumentos como compras públicas, encomendas tecnológicas e regulação inteligente. Ao mercado cabe inovar, investir, competir e ampliar a capacidade produtiva, sob regras claras e estáveis.

9.2 Reorientação do sistema financeiro para o desenvolvimento

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento brasileiro é a **financeirização da economia**. O sistema financeiro nacional permanece excessivamente voltado à remuneração de títulos públicos e operações de curto prazo, em detrimento do financiamento às atividades produtivas. A manutenção de taxas de juros estruturalmente elevadas desestimula o investimento produtivo, encarece o crédito, amplia o custo da dívida pública e comprime o espaço fiscal para políticas sociais, ambientais e investimentos estruturantes. Desenvolvimento requer inovação e crédito e um Estado que induza a geração desses recursos fundamentais. No Brasil, além de caro, o crédito é ainda escasso, apesar de ter aumentado nos governos Lula e Dilma.

O Projeto Nacional de Desenvolvimento exige a **regulação e reorientação do mercado financeiro**, para que ele cumpra seu papel de intermediação do crédito para a produção, a inovação e a transição ecológica. O fortalecimento dos bancos e agências públicas —

BNDES, Finep, Banco do Brasil, Caixa, BNB e BASA — é central nesse processo, garantindo crédito de longo prazo, com custos compatíveis com projetos estruturantes e alinhamento estratégico às missões da Nova Indústria Brasil (NIB), ao PAC e ao Plano de Transformação Ecológica (PTE).

O descontingenciamento integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico-FNDCT tem se revelado de grande importância para financiar a infraestrutura científica, a criação e o desenvolvimento de startups, e o fortalecimento da inovação empresarial através de subvenções, crédito adequado e participações acionárias (FIPs). De 2023 até o final de 2025, foram desembolsados 44,1 bilhões de reais. Além desses recursos, foram acrescidos 22 bilhões do FNDCT, contingenciados pelo governo anterior, e liberados em 2025 para crédito ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. Esse volume de recursos, acrescido aos do BNDES e demais agências, precisa crescer muito para assegurar um caminho seguro e previsível para o desenvolvimento da CT&I.

Os recursos financeiros da exploração e comercialização do **petróleo** devem ser orientados para financiar a transição energética, a educação pública e o desenvolvimento sustentável.

9.3 Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estruturante

A ciência, tecnologia e inovação (CT&I) devem ocupar posição central no projeto de desenvolvimento. Economias que avançaram no século XXI o fizeram ao dominar tecnologias-chaves. É preciso construir sistemas nacionais de inovação robustos e integrar o Estado, as empresas, as universidades e os institutos de pesquisa.

No Brasil, é fundamental assegurar **financiamento estável e previsível** ao sistema de CT&I, consolidando o FNDCT como instrumento permanente de fomento, fortalecendo a Finep, o CNPq, a CAPES, as universidades públicas, os IFs e as FAPs. Além disso, é necessário ampliar o uso de instrumentos modernos de política tecnológica, como desafios tecnológicos, encomendas públicas inovadoras, participação acionária do Estado, crédito e apoio à criação e ao ganho de escala de empresas de base tecnológica.

9.4 A Nova Indústria Brasil e a lógica das missões

Ao adotar a **abordagem por missões**, inspirada em experiências internacionais bem-sucedidas, a Nova Indústria Brasil (NIB) representa uma mudança qualitativa na política

industrial. Cada missão deve ser entendida como um conjunto articulado de projetos estratégicos capacitados para mobilizar diferentes setores, cadeias produtivas e competências tecnológicas.

As missões:

- **Cadeias Agroindustriais Sustentáveis e Digitais:** Foco na segurança alimentar, nutricional e energética, aumentando a produtividade e o uso de bioinsumos.
- **Complexo Industrial da Saúde:** Fortalecer o SUS com foco na produção nacional de insumos, reduzindo a vulnerabilidade externa.
- **Infraestrutura, Saneamento, Moradia e Mobilidade:** Promover cidades sustentáveis, transporte público de qualidade e eficiência no saneamento.
- **Transformação Digital da Indústria:** Aumentar a produtividade por meio da digitalização, IA e conectividade industrial.
- **Bioeconomia, Descarbonização e Transição Energética:** Fomentar a bioeconomia, a rastreabilidade e a descarbonização.
- **Tecnologias de Interesse para Soberania e Defesa:** Desenvolver tecnologias críticas e fortalecer a base industrial de defesa.

Para cada missão, é essencial:

- Definir **projetos prioritários;**
- Identificar claramente as **cadeias produtivas estratégicas;**
- Definir as **rotas tecnológicas prioritárias;**
- Articular alianças entre **ICTs, startups, empresas e governos;**
- Estruturar o **financiamento público e privado de longo prazo;**
- Utilizar **compras públicas, conteúdo local e encomendas tecnológicas;**
- Estabelecer **metas mensuráveis, indicadores de desempenho e prazos.**

Essa abordagem permite superar políticas fragmentadas e criar **efeitos de transbordamento** sobre toda a economia, fortalecendo a indústria, os serviços tecnológicos e o emprego qualificado.

Somente com a reindustrialização do Brasil e com os serviços modernos poderemos construir um caminho soberano de desenvolvimento, que reduza as desigualdades sociais e regionais, que enfrente os desafios climáticos e ambientais e que gere os **empregos de qualidade** para superar a informalidade econômica e o desemprego entre os jovens.

9.5 Transformação ecológica e desenvolvimento sustentável

A transição para uma economia de baixo carbono não é apenas um imperativo ambiental, mas uma **oportunidade histórica de desenvolvimento**. O Brasil possui vantagens comparativas extraordinárias: matriz energética relativamente limpa, biodiversidade única, potencial em bioeconomia e agricultura sustentável. Grandes investimentos em **energias renováveis**, como o hidrogênio verde, a biomassa, a eólica e a solar, na identificação e processamento de **princípios bioativos** para novos medicamentos, em projetos de **reflorestamento** com espécies nativas e em **minerais críticos** para a indústria eletrônica digital moderna são oportunidades de investimentos referenciadas na natureza brasileira.

O Plano de Transformação Ecológica (PTE) deve ser articulado à política industrial e à política científica, tecnológica e de inovação, transformando essas vantagens comparativas em **vantagens competitivas globais**. Isso implica desenvolver cadeias produtivas nacionais, agregar valor aos recursos naturais, internalizar tecnologia e gerar empregos de qualidade, evitando a reprimarização da economia sob uma nova roupagem “verde”.

9.6 Ampliar e modernizar a infraestrutura econômica e urbana

Boa parte das infraestruturas econômicas e urbanas são insuficientes ou até inexistentes. Os investimentos nessas áreas, com capitais públicos e privados, são essenciais para a eficiência econômica, para a qualidade de vida e são oportunidades para o desenvolvimento tecnológico e industrial.

O tema **soberania** surge frequentemente nesses setores. Na área de **telecomunicações e tecnologias da informação-TICs**, por exemplo, necessitamos de redes de nuvens, redes de comunicação fixas, móveis e satelitais, sistemas de mensagens e redes sociais, *data centers* e sistemas de inteligência artificial, todos que assegurem a privacidade dos cidadãos e a soberania nacional. São grandes desafios que comportam riscos a serem

mitigados pelo Estado, mas ótima oportunidade para investimentos em tecnologia, indústria e serviços. Temos desenvolvimentos avançados em TICs, como satélites, chips semicondutores, IA e redes de nuvens. Se fomos capazes de desenvolver o sistema PIX, é perfeitamente possível enfrentar com sucesso esses desafios.

O desafio do desenvolvimento se estende também à **logística e à mobilidade urbana**. Nesses temas falamos de transporte sobre trilhos ou de levitação magnética. É sabido que temos grande carência nessa área, ou seja, grandes oportunidades para investimentos em ferrovias, VLTs e metrô, seja para passageiros, seja para cargas. O Brasil adotou o modelo baseado no rodoviarismo nos transportes e até 2026 não temos, por exemplo, nenhuma linha de trens de passageiros de média ou alta velocidade. Aqui também, os investimentos diretos e as parcerias público privadas para prover serviços de transportes e logística se casam com oportunidades para a incorporação de modernas tecnologias e para o desenvolvimento industrial.

9.7 Promover o agro e a reforma agrária em sintonia com a sustentabilidade ambiental

Em seus cinquenta e três anos de existência, a **EMBRAPA**, com a sua rede de pesquisas e desenvolvimento, promoveu uma verdadeira revolução na produção agropecuária brasileira, tornando o Brasil um dos líderes do agronegócio mundial. Por outro lado, fruto da luta histórica dos trabalhadores do campo pela reforma agrária e a agricultura familiar de qualidade, nos governos Lula e Dilma, a pequena agricultura, responsável por 70% dos alimentos da população brasileira, evoluiu e muito contribuiu para retirar o Brasil do mapa mundial da fome. Ao fomentar a agricultura regenerativa, o MDA contribui para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população. É preciso avançar para a autonomia na produção de fertilizantes químicos e de bioinsumos, recuperar terras degradadas, eliminar o desmatamento e promover uma agricultura que seja produtiva, mas sustentável.

9.8 Políticas sociais como base do desenvolvimento

O desenvolvimento não se sustenta sem inclusão social. Políticas sociais estruturantes — especialmente em **educação, saúde, ciência e qualificação profissional** — são investimentos estratégicos, não despesas.

Precisamos de uma verdadeira **revolução educacional**, com a ampliação do acesso à educação básica de qualidade, o fortalecimento do ensino técnico e tecnológico e a expansão do ensino superior, da pós-graduação e da pesquisa científica. Programas e ações nessas áreas são fundamentais para formar a base humana do desenvolvimento.

Da mesma forma, políticas de saúde pública, segurança alimentar e proteção social fortalecem o mercado interno, reduzem desigualdades e ampliam a coesão social, criando um ambiente favorável ao investimento produtivo e à inovação.

9.9 Inserção internacional soberana e estratégica

O Projeto Nacional de Desenvolvimento exige uma política externa soberana ativa e ativa, orientada à **integração produtiva regional**, à cooperação Sul-Sul e à diversificação de parcerias estratégicas, levando em conta a transformação da geopolítica internacional e as crescentes restrições ao compartilhamento de novas tecnologias. A participação nos BRICS, o fortalecimento do Mercosul, o diálogo com a União Europeia e os Estados Unidos e o protagonismo em fóruns globais, como a COP 30, devem ser utilizados para ampliar mercados, atrair investimentos produtivos e promover transferência tecnológica.

A inserção internacional deve ser seletiva e estratégica, **priorizando cadeias globais** em que o Brasil possa construir competências próprias e evitar relações de dependência tecnológica.

9.10 Emparelhamento tecnológico e fronteiras do conhecimento

O Brasil precisa perseguir de forma deliberada o **emparelhamento tecnológico** nas áreas mais avançadas da ciência contemporânea. Tecnologias disruptivas — como inteligência artificial, tecnologias quânticas, biotecnologia, nanotecnologia, chips, novos materiais e manufatura avançada — definirão a competitividade das nações nas próximas décadas.

Isso exige visão de longo prazo, investimentos consistentes, **articulação entre defesa, indústria, universidades e centros de pesquisa**, além de políticas que estimulem a formação de recursos humanos altamente qualificados. A experiência bem-sucedida da indústria aeronáutica brasileira demonstra que é possível construir excelência tecnológica quando há estratégia, continuidade e coordenação estatal.

9.11 Política macroeconômica

A política macroeconômica tem que estar em sintonia com todos os programas e ações estruturantes do desenvolvimento. Para isso, deve existir a plena harmonia entre a política monetária, a política cambial e a política fiscal, o que requer a redução gradativa e consistente da taxa básica de juros, com a consequente redução dos valores de rolagem da dívida pública. Importante também a eliminação de renúncias fiscais ineficientes e a tributação progressiva da renda e da riqueza, ou seja, a justiça tributária, para a consequente ampliação dos investimentos públicos.

9.12 Metas, prazos e governança

Nenhum projeto nacional se sustenta sem **prioridades, metas claras, prazos definidos e mecanismos de governança**. É fundamental instituir sistemas de monitoramento, avaliação e correção de rumos, garantindo transparência e participação social. Isso requer coordenação centrada na Presidência da República, colaboração entre os diversos ministérios e participação dos governos estaduais e municipais. Além disso, o planejamento de longo prazo deve ser protegido de descontinuidades políticas, assegurando previsibilidade aos investimentos públicos e privados.

Em síntese, o Projeto Nacional de Desenvolvimento é a construção consciente de um futuro soberano, socialmente justo, tecnologicamente avançado e ambientalmente sustentável. Trata-se de uma escolha política e civilizatória: romper com o ciclo de dependência, desigualdade e desindustrialização e recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento pleno.

Regimento Interno

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º O objetivo do 14º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) é definir, para o próximo triênio, as diretrizes da Fisenge e dos sindicatos filiados nos campos sindical e profissional, nas áreas de política tecnológica e de ensino da engenharia e, também, fortalecer a Fisenge e os sindicatos para a intervenção no debate de temas nacionais e na política institucional do país.

O 14º CONSENGE deverá buscar, ainda, estreitar os laços com os movimentos sociais e as entidades internacionais e definir um plano de lutas centrado na afirmação de direitos e na defesa dos(das) trabalhadores(as), bem como reafirmar a consolidação da Fisenge.

CAPÍTULO II – DO NOME, TEMÁRIO, DATA E LOCAL

Art. 2º O nome do 14º CONSENGE: A ENGENHARIA E A DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

Art. 3º Os Painéis, temas e subtemas do 14º CONSENGE são:

PAINEL I - Formação, conflitos éticos e o mundo do trabalho

PAINEL II - Emergência climática, sustentabilidade e a responsabilidade social

TEMA I – Organização Sindical

Subtema I - Fortalecimento Sindical e Valorização da Negociação Coletiva

Subtema II - Valorização Profissional

TEMA II – Políticas Públicas

Subtema I - Emergência Climática e Segurança Alimentar

Subtema II- Desenvolvimento e Soberania

Art. 4º O 14º CONSENGE será realizado no período de **26 a 29 de agosto de 2026**, em formato híbrido, com abertura às 19h00 do dia 26 e encerramento às 16 horas do dia 29 de agosto de 2026.

Art. 5º O 14º CONSENGE será realizado nas dependências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, situado à Av. Álvares Cabral, nº 1600, Santo Agostinho – Belo horizonte/MG e através da plataforma digital Zoom.us.

CAPÍTULO III – DOS TEXTOS

Art. 6º Serão elaborados textos com apresentação **dos subtemas** do tema I e do tema II.

§ 1º A Fisenge ficará responsável pelo encaminhamento dos textos aos sindicatos, **até o dia 15 de maio**, para que sejam divulgados nos Congressos/Encontros Estaduais.

CAPÍTULO IV – DOS CONGRESSOS/ENCONTROS ESTADUAIS

Art. 7º Os Congressos/Encontros Estaduais terão a finalidade de:

- a) eleger os(as) delegados(as), delegados(as) suplentes, observadores(as);**
- b) discutir os temas e subtemas do Congresso;**
- c) apresentar propostas para os temários do 14º CONSENGE;**
- d) apresentar, de forma opcional, uma (1) proposta para temas não contemplados.

Art. 8º Os Congressos/Encontros Estaduais poderão ser realizados de forma virtual e/ou presencial, no período de 25 de maio a 10 de julho de 2026.

§ 1º Os Sindicatos deverão comunicar à Fisenge a data do Congresso/Encontro Estadual até dia **11 de maio 2026**.

§ 2º Os Congressos/Encontros Estaduais deverão ser acompanhados por um(a) representante designado(a) pela Fisenge, que poderá participar por meio virtual, ainda que o Congresso/Encontro ocorra de forma presencial.

Art. 9º Em consonância com os respectivos estatutos dos sindicatos, os Congressos/Encontros Estaduais deverão ser precedidos de convocação por meio de edital.

Art. 10 As propostas elaboradas, votadas e aprovadas nos Congressos/Encontros Estaduais deverão ser encaminhadas à Fisenge **até o dia 15 de julho 2026**.

Art. 11 Os Congressos/Encontros deverão ter coordenação (membros da mesa presencial ou virtual) composta por integrantes da diretoria do sindicato e/ou pessoa designada para tal.

Art. 12 **Atribuição dos(das) componentes da mesa:**

- a) presidente: coordenar os trabalhos;
- b) diretor(a) secretário(a): anotar as inscrições e controlar o tempo e as votações;
- c) relator(a) (diretor(a) e/ou pessoa designada): relatar e sistematizar as propostas.

Art. 13 A dinâmica do Congresso/Encontro Estadual deverá ser orientada pela seguinte ordem:

- a) abertura oficial;
- b) composição da mesa de trabalho;
- c) apresentação de palestra (opcional);
- d) apresentação dos textos enviados pela Fisenge;
- e) debate;
- f) apresentação e votação de propostas;
- g) **indicação e eleição de delegados(as), delegados(as) suplentes e observadores(as);**
- h) relatoria do Congresso/Encontro.

Art. 14 Apresentação dos textos, discussão e votação das propostas:

- a) cada tema/subtema terá uma sessão específica com apresentação de texto;
- b) a mesa deverá coordenar o debate e estipular o número e tempo de cada intervenção;
- c) concluídas as discussões, o relator apresentará as proposições e solicitará à presidência a instauração do processo de votação;
- d) terminada a votação, o secretário fará o relato das propostas aprovadas.

Art. 15 - Os sindicatos deverão escolher **um (1) subtema de cada tema** e encaminhar **até três (3) propostas** de cada subtema. Se desejarem, poderão encaminhar uma (1) proposta adicional para os demais subtemas não escolhidos.

Art. 16 Os sindicatos poderão apresentar ainda, de forma opcional, uma (1) proposta para temas não contemplados.

§ 1º As propostas deverão ser encaminhadas à Fisenge **até o dia 15 de julho de 2026**.

Art. 17 O relatório final a ser encaminhado à Fisenge deverá conter:

- a) edital de convocação;
- b) lista de presença impressa ou digital;
- c) ata do Congresso/Encontro Estadual (detalhando a eleição); relação de delegados(as) titulares, relação com ordem de suplentes, observadores(as) e propostas para os subtemas.

CAPÍTULO V - DO DESENVOLVIMENTO DO CONGRESSO

Art. 18 O desenvolvimento do 14º CONSENGE será constituído pelas seguintes atividades:

- a) Definição do nome do congresso, painéis, temas e subtemas;
- b) Elaboração dos textos dos temas e subtemas;
- c) divulgação do Congresso entre os(as) engenheiros(as), as entidades e a sociedade pelos meios de comunicação da Fisenge e dos sindicatos, bem como da mídia em geral;
- d) realização dos Congressos/Encontros Estaduais;
- e) realização da etapa final do Congresso em Minas Gerais.

CAPÍTULO VI - DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 19 A Comissão Organizadora do 14º CONSENGE é constituída pelo Presidente da Fisenge, Engenheiro Roberto Luiz de Carvalho Freire; pelo Diretor Financeiro da Fisenge, Engenheiro Carlos Roberto Bittencourt; pelo Diretor indicado pelo Senge do estado anfitrião, Engenheiro Elder Reis, pela Diretora da Fisenge do estado onde será realizado o Congresso, Engenheira Maria Helena Barbosa e pelo Presidente do sindicato que sediou o último Congresso, Engenheiro Clovis Francisco do Nascimento Filho.

§ 1º A presidência da Comissão Organizadora e a coordenação do Congresso ficarão sob a responsabilidade do Presidente da Fisenge.

Art. 20 Compete à Comissão Organizadora:

- a) elaborar o Regimento Interno do 14º CONSENTEGE, tendo como base o Regimento Interno do 13º CONSENTEGE;
- b) elaborar a programação detalhada do 14º CONSENTEGE;
- c) tomar as demais iniciativas necessárias à realização do 14º CONSENTEGE.

CAPÍTULO VII - DOS PARTICIPANTES

Art. 21 O 14º CONSENTEGE contará com quatro modalidades de participantes:

- a) **Delegados(as)**: profissionais em dia com o Sindicato, com direito à voz e a voto, eleitos(as) durante os Congressos/Encontros Estaduais dos sindicatos filiados:

- b) **Delegados(as) Natos(as)**, com direito à voz e a voto:
 - membros titulares da Diretoria Executiva
 - membros titulares do Conselho Fiscal da Fisenge;
 - ex-presidentes da Fisenge;
 - presidente em exercício dos sindicatos filiados;
 - representantes titulares do Coletivo de Mulheres.

- c) **Convidados(as) e observadores(as)**: presencial ou virtual somente com direito à voz, indicados pela Fisenge e pelos sindicatos filiados, devendo ser homologados(as) pela Comissão Organizadora. Os (as) convidados(as) da Fisenge deverão ser definidos(as) pela Diretoria Executiva até a última reunião anterior ao Congresso.

§ 1º Os critérios de participação dos delegados eleitos dos sindicatos são:

- a) **um (1) delegado(a) por sindicato mais um (1) para cada 250 associados (as) ou qualquer fração de mais de 100, em dia com o sindicato até 30/10/2025** eleitos(as) entre os(as) presentes em Congresso/Encontro Estadual explicitamente convocado por meio de edital no boletim do sindicato;

- b) a lista com o número de associados dos sindicatos deverá ser encaminhada, com a assinatura do presidente da respectiva entidade sindical, para o e-mail da Fisenge: fisenge@fisenge.org.br;
- c) recomendação de participação mínima de 50% de mulheres como delegadas por entidade. Se a paridade de 50% não for atingida nos encontros estaduais, a relação entre mulheres e homens será a maior possível mantendo o número de representantes dos sindicatos.

§ 2º Os sindicatos deverão estar com a situação financeira regularizada junto à Fisenge **até 30 de julho 2026** para ter direito ao credenciamento do(a) delegado(a).

§ 3º Os(as) delegados(as) impedidos(as) de comparecerem ao 14º CONSENGE de forma presencial ou virtual poderão ser substituídos(as) por suplentes eleitos(as) no mesmo Congresso/Encontro Estadual que elegeu os(as) delegados(as) até o **dia 18 de agosto 2026** ou a critério da Comissão Organizadora Nacional.

§ 4º Caso o Presidente em exercício do sindicato filiado e o ex-presidente da Fisenge estejam contemplados(as) em mais de um item acima, o sindicato poderá indicar outro(a) diretor(a), de acordo com estatuto vigente de sua entidade.

Delegados (as) ao 14º CONSENGE

Sindicatos	Filiados	Quota	Quota por	Coletivo	Diretoria Executiva	Presidentes, Sindicatos	Total
	Quites	Básica	Filiados(as) QUITES	Mulheres Natas	Titular Cons. Fiscal Titular Natos	Ex-Presidentes, Fisenge Natos	Delegados (as)

1 - SENGE-RJ	3.493	01	14	1	1	3	20
2 - SENGE-PR	2.235	01	9	1	2	2	15
3 - SENGE-MG	1.477	01	6	1	2	1	11
4 - SEAGRO-SC	725	01	3	1	2	1	08
5 - SENGE-PB	200	01	1	1	-	1	04
6 - SENGE-PE	192	01	1	1	1	1	05
7 - SENGE-ES	189	01	1	1	1	2	06
8 - SENGE-RO	164	01	1	1	-	1	04
9 - SENGE-VR	145	01	1	1	1	1	05
10 - SENGE-SE	106	01	1	1	1	1	05
11 - SEA - RN	23	01	-	1	-	1	03
	Total Filiados 8.949	11	38	11	11	15	Total Delegados 86

§ 5º Os sindicatos devem desenvolver ações no sentido de viabilizar a participação do número máximo de delegados(as), presencial ou virtual conforme tabela do parágrafo 8º.

Art. 22 Os custos com passagens, hospedagem, alimentação e ajuda de custo dos(das) delegados(as) natos(as), palestrantes e convidados(as) da Fisenge serão de responsabilidade desta.

Art. 23 A Fisenge será responsável apenas pelo custeio da hospedagem em apartamento duplo ou triplo **no Royal Center Hotel Lourdes** (Rua Rio Grande do Sul, 856 - Lourdes, Belo Horizonte – MG).

§ 1º A Fisenge custeará para os(as) delegados(as) participantes do Congresso:

- a) até quatro (4) pernoites no **Royal Center Hotel Lourdes** ou hotéis por ela indicados, respectivamente nos dias 26, 27, 28 e 29 de agosto de 2026;
- b) Três (3) almoços, respectivamente nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2026, no restaurante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais;
- c) Três (3) lanches, à tarde, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2026;
- d) despesas da infraestrutura necessária à realização do Congresso;
- e) A Fisenge não custeará passagem aérea, hospedagem e alimentação de acompanhantes; observadores e convidados dos sindicatos;
- f) O participante que solicitar hospedagem em apartamento single arcará com diferença de valor (valor pago pela Fisenge por delegado em apartamento duplo x apartamento solteiro).

§ 2º O Sindicato de Engenheiros de Minas Gerais custeará confraternização para todos os participantes do Congresso no dia 28 de agosto/26, na Sede do Senge (Rua Araguari, 658 - Barro Preto, Belo Horizonte – MG), às 18 horas.

CAPÍTULO VIII - DA PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 24 A programação dos trabalhos do 14º CONSENGE obedecerá a seguinte ordem:

1 – PROGRAMAÇÃO

DATA	HORA	ATIVIDADE
26 de agosto Quarta-feira	<i>14h às 18h</i>	<i>Credenciamento</i>
	19h	Abertura
	20h	Palestra Magna - A Engenharia e a Defesa da Soberania Nacional
	<i>21h30</i>	<i>Coquetel</i>

27 de agosto quinta-feira	<i>8h às 12h</i>	<i>Credenciamento</i>
	8 às 12h	<i>Registro de chapas</i>
	8h às 9h	Regimento interno
	9h às 12h	Boas Práticas Sindicais
	<i>12h30</i>	<i>Almoço</i>
	14h às 18h	PAINEL I Formação, conflitos éticos e o mundo do trabalho 16h às 16h30 – <i>Coffee Break</i>
28 de agosto sexta-feira	<i>9h às 12h</i>	<i>PAINEL II</i> <i>Emergência climática, sustentabilidade e a responsabilidade social</i>
	<i>12h30</i>	<i>Almoço</i>
	14h às 15h30 15h30 às 17h	<u>Grupos de trabalho</u> <i>Tema I: Organização sindical</i> Subtema I - Fortalecimento sindical e valorização da negociação coletiva Subtemas II - Valorização profissional <i>Coffe Break</i> Tema II: Políticas Públicas Subtema I - Emergência climática e segurança alimentar Subtema II- Desenvolvimento e soberania
	<i>A partir das 18h</i>	<i>Confraternização – sede do Senge MG</i>
	9h às 12h30	9h - Plenária Final Discussão e deliberação das propostas, recomendações e moções Homenagens

29 de agosto Sábado	12h30	<i>Almoço</i>
	14h	Apresentação das chapas
	14h15	Eleição da Diretoria e Homologação do resultado da eleição
		<i>Coffe Break</i>
	14h30	Discussão e aprovação da Carta do 14º CONSENTE
	16h	<i>Encerramento</i>
29 e 30 de agosto	Sábado e Domingo	<i>Retorno aos estados</i>

§ 1º – Os Senges que desejarem poderão apresentar trabalhos de boas práticas sindicais (filiação, negociação coletiva, financiamento sindical, Senge jovem, coletivo de mulheres, etc.) **até o dia 15 de julho/26.**

§ 2º - Dependendo da quantidade de trabalhos inscritos pelos Senges, poderá ser limitado o número de trabalhos apresentados por sindicato e/ou tempo de apresentação.

Parágrafo único. As alterações na programação dos trabalhos do Congresso, se necessárias, só poderão ser efetivadas com a aprovação da maioria dos membros da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO IX - DA DINÂMICA DOS TRABALHOS

Art. 25 A Plenária Inicial aprovará este Regimento Interno, em especial a respeito da condução e programação dos trabalhos e atividades do 14º CONSENTE.

Art. 26 A Comissão Organizadora, em conjunto com os sindicatos, elaborará as regras dos trabalhos da plenária.

Parágrafo único: Os(as) integrantes das mesas dos trabalhos em grupo e das plenárias deverão ser escolhidos(as) observando-se os seguintes critérios:

- a) ter experiência em condução de plenárias;

b) ter experiência como relator(a).

Art. 27 Os(as) delegados(as), os(as) observadores(as) e os(as) convidados(as) serão distribuídos(as) proporcionalmente entre os grupos de trabalho, a critério da Comissão Organizadora, ouvidas as solicitações dos sindicatos.

Art. 28 Os grupos de trabalho deliberarão conforme estabelecido neste Regimento Interno e suas reuniões constarão de:

- a) instalação dos trabalhos por um membro da Comissão Organizadora;
- b) escolha da mesa diretora, a partir da proposta elaborada pela Comissão Organizadora;
- c) apresentação e discussão dos temas e subtemas, recomendações e propostas, levando em consideração a dinâmica definida pela Comissão Organizadora;
- d) aprovação das propostas, recomendações, destaques e moções;
- e) elaboração do relatório final do grupo.

§ 1º - Após as deliberações das propostas oriundas dos Congressos\Encontros Estaduais, os grupos de trabalho poderão apresentar uma nova proposta.

§ 2º Todas as propostas consideradas aprovadas nos grupos serão automaticamente encaminhadas à plenária, e aquelas que obtiverem mais de 90% de votos favoráveis serão consideradas aprovadas e apresentadas na plenária.

§ 3º - As propostas e moções que obtiverem menos de 30% de votos favoráveis serão consideradas rejeitadas.

§ 4º - As propostas e moções que tiverem aprovação entre 30 e 90% irão para deliberação em plenária.

Art. 29 Serão dois grupos de trabalho para cada tema,

Art. 30 O registro de chapas para a eleição da nova diretoria deverá ser feito **até às 12 horas do 27 de agosto de 2026** na secretaria do Congresso e pelo e-mail da secretaria do Congresso fisenge@fisenge.org.br, que deverá receber e confirmar a inscrição via meio eletrônico.

Art. 31 Poderá solicitar a inscrição de chapa qualquer membro efetivo da chapa a ser inscrita.

Art. 32 As deliberações das plenárias constituirão as **RESOLUÇÕES** do 14º CONSENGE e determinarão as diretrizes para as ações da Fisenge e dos sindicatos filiados até o próximo Congresso.

§ 1º – As **RESOLUÇÕES** do 14º CONSENGE farão parte dos anais do Congresso, que serão editados pela Fisenge para divulgação;

§ 2º - Será elaborada a CARTA DO 14º CONSENGE

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DOS DELEGADOS(AS), OBSERVADORES(AS) E CONVIDADOS(AS)

Art. 33 São direitos e deveres dos(das) delegados(as):

- a) tomar parte nos trabalhos, presencialmente e virtualmente, debater e votar este Regimento, as recomendações, as propostas e as moções, de acordo com o estabelecido no presente Regimento, nas deliberações da Comissão Organizadora e pela Plenária do Congresso;
- b) votar na eleição da diretoria e Conselho Fiscal na conformidade deste Regimento;
- c) receber credencial, material de divulgação e cópias dos textos inscritos no Congresso, na conformidade deste Regimento.

Parágrafo único – Só poderão ser votados para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal os(as) delegados(as) natos(as) e os(as) eleitos(as) presentes no Congresso, presencial ou virtual, e à exceção de casos excepcionais, que deverão ser analisados pela Comissão Organizadora e deliberados na plenária.

Art. 34 São direitos e deveres dos(das) observadores(as) e convidados(as):

- a) tomar parte nos trabalhos e debater sem direito a voto, de acordo com o estabelecido no presente Regimento, nas deliberações da Comissão Organizadora e pela Plenária do Congresso;
- b) receber credencial, material de divulgação e cópias dos textos inscritos no Congresso, na conformidade deste Regimento.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

§ 1º - A Comissão Organizadora poderá submeter à aprovação da Diretoria ou do Conselho Deliberativo da Fisenge ou, ainda, da Plenária do Congresso os casos que julgar acima do seu próprio âmbito de deliberação e delegação.

§ 2º – A Comissão Organizadora se reunirá com os (as) coordenadores(as) e relatores(as) de grupos e plenárias para unificar procedimentos para a condução dos trabalhos.

Art. 36 A Plenária é a instância máxima do Congresso e é soberana em suas decisões.

Regimento interno aprovado na reunião do Conselho Deliberativo da Fisenge realizada em 28 de novembro 2025.

Roberto Luiz de Carvalho Freire

Presidente